

FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A - FUCAPE MA

ANA CAROLINE DE ANDRADE PORTELA

SOLVÊNCIA PÚBLICA: análise da influência da governança, da transparência, da participação eleitoral e da equidade social na capacidade de pagamento dos estados brasileiros

**SÃO LUIS
2023**

ANA CAROLINE DE ANDRADE PORTELA

SOLVÊNCIA PÚBLICA: análise da influência da governança, da transparência, da participação eleitoral e da equidade social na capacidade de pagamento dos estados brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado - em Contabilidade e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A - Fucape MA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Profº Dr.: Diego Rodrigues Boente

**SÃO LUIS
2023**

ANA CAROLINE DE ANDRADE PORTELA

SOLVÊNCIA PÚBLICA: análise da influência da governança, da transparência, da participação eleitoral e da equidade social na capacidade de pagamento dos estados brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A - Fucape MA, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Contabilidade e Administração.

Aprovada em 04 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº Dr.: DIEGO RODRIGUES BOENTE
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Profº Dr.: OLAVO VENTURIM CALDAS
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Profº Dr.: ABIMAEL DE JESUS BARROS COSTA
Universidade de Brasília - UnB

Dedico esta dissertação a Deus por ter me concedido sabedoria para conduzir o trabalho e por muitas noites ter me amparando nas dificuldades. Também a dedico aos meus familiares, em especial, aos meus pais, marido e filhos por serem meu sustento, fortaleza, impulso e inspiração a prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre ter me iluminado e abençoado. Agradeço também aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar, ao meu marido, por me acalmar, auxiliar e entender minhas ausências e sobrecarga que esta dissertação lhe causou e aos meus filhos, que mesmo com suas imaturidades compreenderam a insuficiência do meu tempo.

Meus agradecimentos à Fucape, aos professores e amigos que contribuíram em minha caminhada. Por fim, agradeço ao prof. Dr. Diego Rodrigues Boente por suas aulas tão interessantes que me atraíram para esse tema, e por toda sua ajuda e atenção na execução deste trabalho.

“A falência contínua na administração da coisa pública contamina a relação vindoura e o pós jogo de poder e interesses de desenvolvimento entre o estado democrático verdadeiro e os interesses especulativos dos poderosos grupos financeiros em qualquer lugar do planeta.”

(Ricardo V. Barradas)

RESUMO

O presente estudo analisa a influência da governança pública na capacidade de pagamento dos estados brasileiros. Para tal estudo estabelece um novo mecanismo para a mensuração da governança pública dos estados brasileiros através da média ponderada de três bases da administração pública: (1) equidade; (2) participação; (3) *transparência*. A capacidade de pagamento é avaliada através do índice consolidado pelo Tesouro Nacional: o CAPAG. A relação entre o índice de governança pública alcançado e a capacidade de pagamento são analisados através de regressão logística multinomial. Os resultados demonstram relação positiva entre índices de governança pública e capacidade de pagamento. Esse estudo analisou também, através de regressão logística multinomial, a relação individual da capacidade de pagamento com as três bases de administração escolhidas para a formação do índice de governança pública. Os resultados demonstram relação significativa somente para a equidade; relação essa negativa. Ademais, esse estudo avaliou através de regressões para dados em painel curto, a relação existente entre os três indicadores do CAPAG (endividamento, poupança corrente e liquidez) e o índice de governança e as três bases escolhidas nesse estudo. Os resultados demonstram relação negativa entre: (1) o indicador endividamento e transparência, participação e índice de governança; (2) indicador poupança corrente e transparência e índice de governança. Em todas as análises foram consideradas também as diferenças regionais e o alinhamento político dos governadores estaduais. A relevância desse estudo consiste, entre outras coisas, na criação de um indicador de avaliação da governança pública, na demonstração da importância de desenvolver mecanismos de governança adequados para as peculiaridades regionais e capazes de favorecer a sustentabilidade fiscal e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos estados brasileiros. É um estudo voltado à gestão pública, como de aberto interesse para gestores públicos, órgãos de controle e sociedade em geral.

Palavras-chave: governança pública; equidade; participação pública; *accountability*; transparência pública; solvência pública; endividamento público.

ABSTRACT

This study analyzes the influence of public governance on the payment capacity of Brazilian states. For this, the level of public governance of the Brazilian states is measured through the weighted average of three bases of public administration: (1) equity; (2) participation; (3) *accountability* and transparency. Payment capacity is assessed using the index consolidated by the National Treasury: CAPAG. The relationship between the achieved public governance index and the ability to pay is analyzed using multinomial logistic regression. The results show a positive relationship between public governance indices and the ability to pay. This study also analyzed, through multinomial logistic regression, the individual relationship between the ability to pay and the three administration bases chosen for the formation of the public governance index. The results have shown a significant relationship only for equity; this negative relationship. Furthermore, this study evaluated, through regressions for short panel data, the relationship between the three CAPAG indicators (debt, current savings and liquidity) and the governance index and the three bases chosen in this study. The results demonstrate a negative relationship between: (1) the debt indicator and transparency, participation and governance index; (2) current savings and transparency indicator and governance index. In all analyzes regional differences and the political alignment of state governors were also considered. The relevance of this study consists, among other things, in the creation of an indicator for evaluating public governance, in demonstrating the importance of developing governance mechanisms suitable for regional peculiarities and capable of favoring fiscal sustainability and, consequently, the development of states Brazilians. It is a study focused on public management, as it is of open interest to public managers, control bodies and society in general.

Keywords: public governance; equity; public participation; *accountability*; public transparency; public solvency; public indebtedness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dívida consolidada dos estados brasileiros por seus respectivos PIB's em 2020	19
Figura 2: Operações de crédito garantidas honradas pela união em 2021	22
Figura 3: Indicadores, faixas e notas CAPAG.....	23
Figura 4: Nota final CAPAG.....	26
Figura 5: Características das teorias de governança pública.....	28
Figura 6: Relação transparência e outras bases da administração pública.....	36
Figura 7: Faixas do índice de governança pública.....	40
Figura 8: Quadro explicativo das variáveis.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nota governança pública estados brasileiros.....	47
Tabela 2: Distribuição nível de governança por regiões.....	48
Tabela 3: Estatísticas descritivas.....	50
Tabela 4: Matriz de correlação.....	53
Tabela 5: Estatística qui-quadrado - associação das variáveis qualitativas.....	55
Tabela 6: Resultados das estimações dos modelos.....	56
Tabela 7: Estimações dos modelos – chances.....	57
Tabela 8: Estatísticas descritivas indicadores CAPAG	61
Tabela 9: Matriz de correlação dos indicadores do CAPAG.....	63
Tabela 10: Regressões endividamento versus equidade, participação e transparência.....	66
Tabela 11: Regressões endividamento versus equidade, participação e transparência, alinhamento político e regiões	69
Tabela 12: Regressões endividamento versus nota de governança	73
Tabela 13: Regressões endividamento versus nota de governança, alinhamento político e regiões	75
Tabela 14: Regressões poupança corrente versus equidade, participação e transparência	78
Tabela 15: Regressões endividamento versus equidade, participação e transparência, alinhamento político e regiões	80
Tabela 16: Regressões poupança corrente versus nota de governança	83
Tabela 17: Regressões poupança corrente versus nota de governança, alinhamento político e regiões	86
Tabela 18: Regressões índice de liquidez versus equidade, participação e transparência.....	89
Tabela 19: Regressões índice de liquidez versus equidade, participação e transparência, alinhamento político e regiões	90
Tabela 20: Regressões índice de liquidez versus nota de governança.....	92
Tabela 21: Regressões índice de liquidez versus nota de governança, alinhamento político e regiões	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	17
2.1	ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CAPACIDADE DE PAGAMENTO	17
2.1.1	Capacidade de Pagamento - CAPAG	23
2.2	GOVERNANÇA PÚBLICA	27
2.2.1	Equidade	30
2.2.2	Participação	32
2.2.3	Transparência	35
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1	AMOSTRA	38
3.2	COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	38
3.3	VARIÁVEIS	39
3.3.1	Variável Dependente	39
3.3.2	Variáveis Independentes.....	39
3.3.2.1	Variável Governança Pública	39
3.3.2.2	Variável Transparência.....	41
3.3.2.3	Variável Participação.....	41
3.3.2.4	Variável Equidade	41
3.3.3	Variáveis De Controle.....	42
3.3.3.1	Região	42
3.3.3.2	Alinhamento Político.....	43
3.3.4	Quadro Explicativo das Variáveis	43
3.4	MODELO.....	45
4	RESULTADOS E ANÁLISES	47

4.1	CLASSIFICAÇÃO CAPAG	52
4.2	INDICADORES CLASSIFICAÇÃO CAPAG	61
4.2.1	Indicador Endividamento	65
4.2.1.1	Indicador Endividamento e Variáveis Participação, Equidade e Transparência sem Variáveis de Controle	65
4.2.1.2	Indicador Endividamento e Variáveis Participação, Equidade e Transparência com Variáveis de Controle	68
4.2.1.3	Indicador Endividamento e Variável Nota de Governança sem Variáveis de Controle	71
4.2.1.4	Indicador Endividamento e Variável Nota de Governança com Variáveis de Controle	74
4.2.2.	Indicador poupança corrente	76
4.2.2.1	Indicador Poupança Corrente e Variáveis Participação, Equidade e Transparência sem Variáveis de Controle	76
4.2.2.2	Indicador Poupança Corrente e Variáveis Participação, Equidade e Transparência com Variáveis de Controle	79
4.2.2.3	Indicador Poupança Corrente e Variável Nota de Governança sem Variáveis de Controle	82
4.2.2.4	Indicador Poupança Corrente e Variável Nota de Governança com Variáveis de Controle	84
4.2.3	Indicador Índice de Liquidez	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A - HISTÓRICO ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS	104
	APÊNDICE B - CLASSIFICAÇÃO CAPAG - ANO 2017	105
	APÊNDICE C - CLASSIFICAÇÃO CAPAG - ANO 2018	106
	APÊNDICE D - CLASSIFICAÇÃO CAPAG - ANO 2019	107
	APÊNDICE E - CLASSIFICAÇÃO CAPAG - ANO 2020	108

APÊNDICE F - ÍNDICE DE GINI COM BENEFÍCIOS SOCIAIS	109
APÊNDICE G - PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO DOS ELEITORES APTOS	110
APÊNDICE H - ALINHAMENTO DO GOVERNADOR COM O PRESIDENTE BRASILEIRO - ANO 2017/2018.....	111
APÊNDICE I - ALINHAMENTO DO GOVERNADOR COM O PRESIDENTE BRASILEIRO - ANO 2019/2020.....	112
APÊNDICE J - ATENDIMENTO LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ANO 2017.....	113
APÊNDICE K - ATENDIMENTO LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ANO 2018.....	114
APÊNDICE L - ATENDIMENTO LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ANO 2019.....	115
APÊNDICE M - ATENDIMENTO LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ANO 2020.....	116
APÊNDICE N - CÁLCULO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA - ANO 2017	117
APÊNDICE O - CÁLCULO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA - ANO 2018	118
APÊNDICE P - CÁLCULO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA - ANO 2019	119
APÊNDICE Q - CÁLCULO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA - ANO 2020	120

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo do Estado é garantir o atendimento dos direitos de seus cidadãos e sua finalidade maior é fomentar o bem-estar de todos os indivíduos, sem distinções (Berry-James et al., 2021; Danshina & Britchenko, 2017; Teixeira & Gomes, 2019). Entretanto, as demandas sociais são complexas e crescentes (Vabø et al., 2022). Dessa forma é primordial a utilização de ideais voltados para a boa governança, ou seja, que incrementem as condições culturais, econômicas, sociais e políticas (Teixeira & Gomes, 2019). Ademais, os gestores enfrentam constantemente a dualidade existente entre as necessidades ilimitadas de seus *stakeholders* e a limitação de recursos disponíveis (Vabø et al., 2022).

A boa governança favorece a gestão equilibrada entre os recursos e os gastos (Santos et al., 2018), fundamental para evitar o desequilíbrio fiscal das contas públicas que resultam em endividamentos (Joy & Panda, 2020) e prejudicam a credibilidade dos gestores (Teixeira & Gomes, 2019). O endividamento possui implicações diferentes de acordo com o nível de gestão pública (Megersa & Cassimon, 2015). Boas governanças tendem a demonstrar relação positiva entre o crescimento econômico e o nível da dívida, além de sentir menos os efeitos adversos do endividamento; relacionamento contrário, porém, é percebido em gestões de menor qualidade (Megersa & Cassimon, 2015).

Diversos países, assim como o Brasil, possuem altos níveis de endividamento (Joy & Panda, 2020). No entanto, a percepção que o endividamento, favorece investimentos e a consequente melhora do desenvolvimento socioeconômico não é

percebida no Brasil (Santos et al., 2018). Pelo contrário, o Brasil não consegue melhorar seu índice de desenvolvimento humano (IDH), estagnado na 79ª posição (pontuação 0,754), ao considerarmos 188 países (Teixeira & Gomes, 2019). Para os referidos autores, as inadequações políticas, fiscais e sociais do Brasil aumentam a sensação de desconfiança da capacidade dos gestores desempenharem corretamente suas funções.

A governança pública fomenta o controle sobre a administração pública (Danshina & Britchenko, 2017), a responsabilização do gestor (Teixeira & Gomes, 2019) e a melhoria da gestão fiscal (Santos et al., 2018). Para Teixeira e Gomes (2019), o controle e responsabilização são relevantes para a obtenção de melhoria nos efeitos sociais e econômicos e na melhora da credibilidade pública.

O conceito de governança, no setor público, é amplo e com diversas aplicabilidades (Teixeira & Gomes, 2019). Porém, destaca-se atualmente a ideia da nova governança pública, descrita inicialmente por Osborne em 2006, como uma conduta com diferentes autores e diferentes processos focada nas relações existentes entre as organizações (French et al., 2022). O principal diferencial da nova governança pública é a cocriação entre governo, mercados e indivíduos com objetivo de criar valor público (Lima-Silva et al., 2020; Vabø et al., 2022). No entanto, os outros ideais continuam sustentando a ideia de governança (Vabø et al., 2022).

De forma geral, entende-se a governança pública como a relação equilibrada e integrada entre a gestão pública e seus geridos, atendendo seus anseios (Herasymiuk, et al., 2020). A capacidade da gestão pública atender aos anseios da população tem relação com aspectos referentes à gestão das contas públicas, tais como: controle da dívida e aptidão em honrar suas obrigações financeiras (Simonassi,

Gondim-Filho, & Arraes, 2022); assim como a gestão da totalidade dos recursos disponíveis, incluindo os recursos financeiros (Cavalari Sales & da Fonseca, 2022).

A insuficiência desses recursos frente a enorme demanda de gastos necessários, entre outras funções, para atendimento das necessidades populacionais, impulsiona a contratação de operações financeiras por parte da administração pública (Simonassi et al., 2022). Para os referidos autores, a solvência torna-se cada vez mais relevante dentro do contexto da governança pública, já que a capacidade de honrar as obrigações financeiras contratadas favorece a possibilidade de contratação de novos empréstimos permitindo assim a manutenção da máquina pública.

Considerando a importância da governança pública e da capacidade do setor público honrar suas obrigações financeiras, este estudo objetiva responder a seguinte pergunta: em que nível a governança pública, a transparência, a participação eleitoral e a equidade social influenciam a capacidade de solvência dos governos estaduais? Consistindo assim em um interessante estudo, pois, analisará o grau de governança pública dos estados brasileiros com base em determinados pressupostos de governança pública: (1) equidade; (2) participação e (3) transparência, demonstrando ainda a relação destes com a capacidade dos entes federados brasileiros liquidarem suas obrigações financeiras.

A justificativa e a relevância desse estudo baseia-se, principalmente, na complexidade da gestão da dívida pública (Teixeira & Gomes, 2019); na importância da avaliação do desempenho e da capacidade de resolução de problemas por parte dos gestores públicos (Aquino et al., 2021); no alto nível de endividamento brasileiro e condição de semifalência dos estados brasileiros (Horta, 2018) e na relação entre a governança e a dívida pública (Megersa & Cassimon, 2015). Países em desenvolvimento tendem a possuir estruturas de governança mais frágeis, o que pode

conduzir à má gestão, à falta de capacidade de pagamento e ao endividamento (Joy & Panda, 2020). Este estudo visa contribuir na diminuição da lacuna acadêmica referente ao estudo da sustentabilidade fiscal dos países em desenvolvimento, condição fundamental para continuidade do desenvolvimento (Avila & Izquierdo Reyes, 2021), sendo assim, voltado à gestão pública, como de aberto interesse para gestores públicos, órgãos de controle e sociedade em geral.

Dessa forma, o estudo contribuirá de maneira prática para a percepção de como determinados pressupostos interferem no desenvolvimento da boa governança pública e como essa governança pode influenciar o endividamento público; sendo um valioso instrumento de mensuração do desempenho dos gestores públicos. Já no campo acadêmico, contribuirá com conhecimentos acerca da complexidade do gerenciamento da dívida pública e com esclarecimentos sobre o nível de governança pública, importante mecanismo para fomento do desenvolvimento e redução da pobreza (Teixeira & Gomes, 2019).

Vale ressaltar que esse trabalho utilizou o método quantitativo, descritivo, com dados longitudinais secundários referentes aos estados brasileiros e distrito federal no período entre 2017 e 2020. Os dados foram analisados através de estatísticas descritivas, verificação de associações e correlações entre as variáveis, regressão logística multinomial e regressão para dados em painel.

Capítulo 2

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CAPACIDADE DE PAGAMENTO

A dívida pública é gerada sempre que os governos recorrem à órgãos ou instituições creditórias com objetivo de obter recursos (Horta, 2018; Santos et al., 2018). Isso ocorre quando: (1) as despesas públicas são maiores que as receitas públicas, (2) o governo decide utilizar-se de recursos de terceiros, seja para a realização de investimentos ou qualquer outra atividade ou (3) o governo refinancia suas dívidas. (Tesouro Nacional, 2021)

A utilização de operações de crédito pode atender 3 funções governamentais: (1) alocativa; (2) distributiva e (3) estabilizadora (Santos et al., 2018). Para Santos et al. (2018), a função alocativa diz respeito a prover as necessidades dos cidadãos, tais como saúde, educação e segurança através dos serviços e investimentos públicos, realizada de maneira mais eficiente pelos governos locais. Já a distribuição equitativa de renda e a estabilidade econômica é melhor desempenhada pelo governo central (Santos et al., 2018). Dessa forma, o endividamento favorece a realização de investimentos e do bem-estar social (Simonassi et al., 2021).

A dívida pública não é sempre maléfica para as nações (Joy & Panda, 2020), podendo favorecer o crescimento econômico (Megersa & Cassimon, 2015) e o desenvolvimento social (Santos et al., 2018; Simonassi et al., 2021). No entanto, as operações de crédito devem ser contraídas para custear investimentos que trarão benefícios por longo prazo, ou seja, as despesas de capitais, ou que resultarão em aumentos de receitas (Joy & Panda, 2020; Santos et al., 2018; Simonassi et al., 2021). Para os referidos autores, operações de crédito não devem ser contraídas para

pagamento de despesas correntes (como manutenção dos serviços e despesas pessoais) do exercício; essas devem ser sanadas através das receitas correntes, advindas dos tributos e geradas pelos próprios beneficiados das políticas atuais.

Níveis exacerbados de endividamento prejudicam o desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar geral, pois, atrapalham a gestão fiscal pública devido ao comprometimento do orçamento disponível para cumprimento dos serviços da dívida (Baldissera & Araújo, 2021; Joy & Panda, 2020; Simonassi et al., 2021). Globalmente, muitos países apresentam relevantes níveis de endividamento público, normalmente acentuados em períodos recessivos, tais como a crise de 1990 e a recessão pandêmica de 2020 (Hilscher et al., 2022; Ishihara, 2022; Joy & Panda, 2020; Santos et al., 2018). Segundo Megersa e Cassimon (2015), o endividamento tem implicações diferentes ao considerar o nível de governança pública. Boas governanças tendem a demonstrar relação positiva entre o crescimento econômico e o nível da dívida, além de sentir menos os efeitos adversos do endividamento; relacionamento contrário, porém, é percebido em gestões de menor qualidade (Megersa & Cassimon, 2015).

Países da América Latina, de forma geral possuem alto nível de endividamento e baixo nível de investimento e infraestrutura (Santos et al., 2018). Os autores alertam que essa realidade vai na contramão do pressuposto que o endividamento público favorece realização de investimentos públicos. Diversos autores (Horta, 2018; Joy & Panda, 2020; Santos et al., 2018; Simonassi et al., 2021) alertam para a realidade preocupante do endividamento brasileiro. No ano de 2014, o pesquisador Franco estimou que a dívida bruta brasileira, em 2023, corresponderia a 92,4% do PIB (Simonassi et al., 2021). Segundo o Tesouro Nacional Transparente (2023), o montante da dívida federal em 2021 totalizou R\$ 5,61 trilhões (78,30% do PIB). A

Figura 1 demonstra a razão entre a dívida consolidada dos estados brasileiros em 2020 por seus respectivos PIB's no ano de 2020.

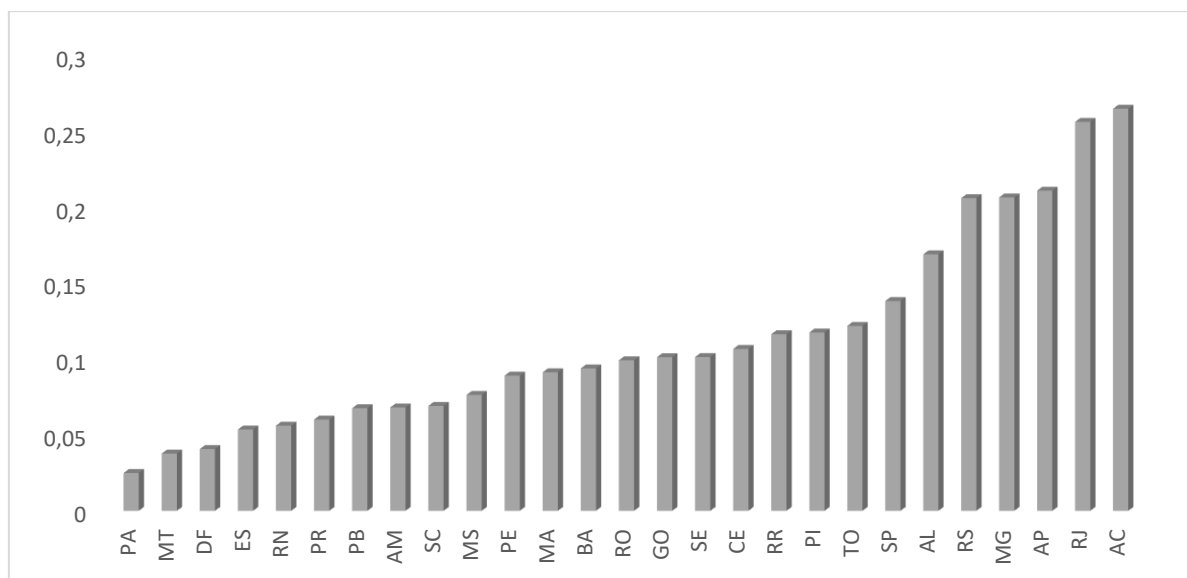


Figura 1: Dívida consolidada dos estados brasileiros por seus respectivos PIB's em 2020 (Em R\$ 1.000.000,00).

Fonte: Elaboração própria com base em Tesouro Nacional (2023) e IBGE (2023).

A Figura 1 demonstra o nível de endividamento dos estados comparando-o com o PIB do respectivo estado em 2020. Percebe-se que a razão entre o endividamento estadual e seu respectivo PIB possui relativa variação entre os entes federativos, com média de comprometimento do PIB pelo endividamento de R\$ 0,112654548, sendo o Pará o estado com menor comprometimento (0,024872001) e, o Acre, o estado com maior comprometimento (0,264702007), seguido pelo estado do Rio de Janeiro que é um dos estados brasileiros com maior insustentabilidade fiscal (Cruz et al.,2017). O apêndice A apresenta o histórico do endividamento dos entes federativos brasileiros por região, considerando os anos de 2015 a 2021.

Dessa forma, é fundamental que a administração pública promova políticas fiscais capazes de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, preocupando-se em gerir equilibradamente a máquina pública,

controlando, entre outros assuntos: (1) recursos; (2) gastos; (3) sustentabilidade e (4) solvência da dívida (Santos et al., 2018; Simonassi et al., 2021).

A sustentabilidade da dívida consiste em honrar suas obrigações financeiras sem incorrer em instabilidades fiscais (Joy & Panda, 2020). A reação mais defendida como capaz de manter o equilíbrio da sustentabilidade foi pensada por Bohn (Simonassi et al., 2021). Segundo essa teoria, elevações do nível da dívida do exercício atual devem ser compensadas através da elevação do superávit primário no ano seguinte (Joy & Panda, 2020; Simonassi et al., 2021). Para os referidos autores, essa seria a forma de promover endividamento sustentável. Diversos autores relacionam o nível de governança com a capacidade de promover políticas fiscais eficientes, melhora do desenvolvimento socioeconômico, da credibilidade e do endividamento sustentável (Ishihara, 2022; Joy & Panda, 2020; Megersa & Cassimon, 2015; Santos et al., 2018).

A sustentabilidade da dívida permite a solvência da administração pública que consiste em ter disponibilidade de caixa para efetuar os pagamentos em tempo hábil (Simonassi et al., 2021). Para os referidos autores, a insolvência é uma realidade latente na administração pública brasileira presente desde a época colonial. A realidade é ainda pior ao considerar as realidades estaduais (Horta, 2018; Simonassi et al., 2021), que já apresentavam grandes níveis de insolvência, na década de 1990 (Santos et al., 2018).

O endividamento dos estados brasileiros difere-se dentro da cronologia temporal (Horta, 2018). Segundo o referido autor, na década de 1990, havia um grande desequilíbrio fiscal, resultado do alto nível de endividamento e rolagens constantes da dívida, que culminou com o acordo entre estados e União em 1997 (Horta, 2018). Para melhorar a reputação e credibilidade do governo brasileiro,

melhorar a situação e tentar controlar os déficits dos estados, a União os socorreu, promovendo um acordo (Arends, 2020; Horta, 2018). Com o acordo, o governo federal assumiu as dívidas com o setor externo e concedeu aos estados dívidas com melhores taxas e prazos; em contrapartida os estados se submeteriam as imposições fiscais da União que objetivavam a restrição à créditos, a melhora do resultado primário e a redução da dívida com uso do superávit alcançado (Horta, 2018).

A crise internacional de 2008 afetou a economia e, a situação fiscal dos governos subnacionais começou a mudar, incentivada por resultados primários menores, desacelerações econômicas e desonerações tributárias (Horta, 2018). Segundo o autor, com a intenção de conter os efeitos da crise, o governo federal reduziu as restrições ao crédito, incentivou o financiamento público externo e interno concedendo garantias e empréstimos via bancos federais, sem nenhuma análise fiscal.

Devido ao aumento de despesas extraordinárias, maiores disponibilidades de caixa tendem a incentivar o desequilíbrio financeiro e, facilidades de acesso a recursos externos tendem a minimizar a realização de investimentos com recursos próprios (Arends, 2020; Simonassi et al., 2021). Essas duas tendências foram confirmadas na gestão fiscal dos entes federados brasileiros (Horta, 2018; Simonassi et al., 2021). Houve piora na composição dos gastos estaduais com aumento substancial das despesas correntes, principalmente com pessoal, aumentando o nível de despesas engessadas (Horta, 2018). De forma que em 2015, a situação fiscal estava novamente desequilibrada em todos os entes da federação, sendo necessário ajustes fiscais (Horta, 2018). Novamente, para minimizar o risco moral do governo brasileiro, a União socorreu os entes subnacionais através de um novo acordo em 2016 (Arends, 2020; Horta, 2018; Reis, 2020).

Contudo, segundo Horta (2018) a situação financeira atual dos estados ainda é crítica, com alto nível de dívida insustentável e baixa capacidade de solvência, aproximando-se do colapso, da semifalência. Mesmo com essa situação crítica nos estados, a possibilidade da União socorrer os entes federados em situação desfavorável, garantindo o pagamento de dívidas com terceiros, incentiva que estados continuem obtendo financiamento externo e que as instituições creditórias flexibilizem créditos independente do risco envolvido na transação (Arends, 2020; Reis, 2020; Tesouro Nacional, 2021). A Figura 2 demonstra o volume de desembolso federal para atender a função garantidora da União, no ano de 2021:

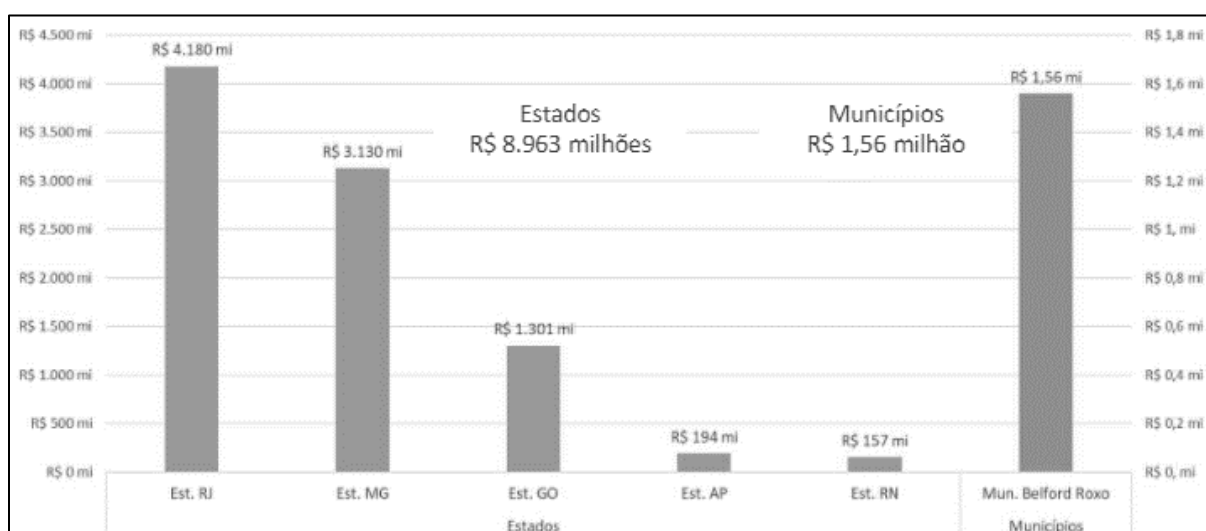


Figura 2: Operações de crédito garantidas honradas pela união em 2021
Fonte: (Tesouro Nacional, 2021)

Através da Figura 2 percebe-se que, devido a sua função garantidora, a União precisou arcar com R\$ 8.964.560.000,00, no ano de 2021. Desse total, R\$ 8.963.000.000,00 devido a insolvências estaduais e R\$ 1.560.000,00 a insolvências municipais. Dessa forma, e considerando que o governo federal também Figura como órgão creditório, é importante que o governo central exerça controle fiscal, evitando que o desequilíbrio fiscal de entes federados comprometa a sustentabilidade do governo federal (Tesouro Nacional, 2021). Para isso é fundamental perceber o nível de sustentabilidade e solvência dos entes federados.

2.1.1 Capacidade de Pagamento - CAPAG

O CAPAG é um mecanismo criado pela secretaria do tesouro nacional para definir se o ente público está apto a obter garantia da União em suas operações financeiras com terceiros (Pellegrini, 2017). Esse mecanismo foi criado pelo Ministério da Fazenda em abril de 1997 através da Portaria MF nº 089/1997 e, posteriormente, modificado em dois momentos: 2012 e 2017, respectivamente pelas portarias do ministério da fazenda de número 306 e 501 (Brasil, 1997; Brasil, 2012; Brasil, 2017).

A versão inicial do mecanismo utilizava a ponderação do resultado primário, considerando: (1) os resultados obtidos em até quatro anos anteriores à data do cálculo, (2) a projeção dos resultados primários para o ano corrente e (3) a projeção dos resultados para os nove anos seguintes à data do cálculo (Benardi, n.d.). Nessa versão os resultados já variavam entre as notas A e D, sendo as notas A e B as únicas aceitáveis para obtenção de novos empréstimos (Brasil, 1997).

Com a intenção de minimizar possíveis erros oriundos da subjetividade da projeção, a portaria de nº 306/2012, recomendava a avaliação da capacidade de pagamento considerando os seguintes indicadores: (1) Endividamento, (2) Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida, (3) Resultado Primário Servindo a Dívida, (4) Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida, (5) Capacidade de Geração de Poupança Própria, (6) Participação dos Investimentos na Despesa Total, (7) Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias e (8) Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio (Benardi, n.d.). O resultado final nessa versão do CAPAG é obtido através da ponderação dos indicadores acima mencionados com seus respectivos pesos, considerando os três últimos exercícios financeiros (Brasil, 2012).

A versão final da metodologia CAPAG foi publicada em novembro de 2017 através da Portaria nº: 501 do Ministério da Fazenda. A definição se dá pelo nível de comprometimento financeiro do governo, analisado através de três indicadores: endividamento, liquidez e disponibilidade corrente (Simonassi et al., 2021). A Figura 3 demonstra os indicadores, suas faixas de valores e respectivas atribuições de notas:

Indicadores	Faixas e notas
Endividamento	Menor que 60% → Nota A Entre 60% e 149% → Nota B Maior ou igual a 150% → Nota C
Poupança corrente	Menor que 90% → Nota A Entre 90% e 94% → Nota B Maior ou igual a 95% → Nota C
Índice de liquidez	Menor que 1 → Nota A Maior ou igual a 1 → Nota C

Figura 3: Indicadores, faixas e notas CAPAG
Fonte: Elaboração própria com base em(Pellegrini, 2017)

O endividamento é calculado através da divisão entre a dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida, do exercício anterior (Pellegrini, 2017). Segundo Pellegrini (2017), a ideia principal é demonstrar o tamanho da dívida já existente. Diversos autores reforçam o caráter benéfico da dívida sustentável, visto que endividamento e tributos são os principais financiadores dos gastos públicos (Megersa & Cassimon, 2015; Santos et al., 2018; Simonassi et al., 2021). No entanto, a realidade de grande parte dos entes federativos brasileiros é um alto nível de endividamento, comprometendo assim a solidez das finanças públicas, a melhora do desenvolvimento socioeconômico e a credibilidade pública (Santos et al., 2018; Horta, 2018; Teixeira & Gomes, 2019; Joy & Panda, 2020; Simonassi et al., 2021).

O indicador de poupança corrente é calculado através da divisão entre despesas correntes e receitas correntes (excluindo a receita utilizada na formação do

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Fundeb (Ministério da Fazenda, 2017). O valor final do indicador é alcançado através da média ponderada dos últimos três exercícios; para o exercício imediatamente anterior é atribuído peso de 50%, 30% para o penúltimo e 20% para o antepenúltimo (Pellegrini, 2017). Segundo o referido autor, a ideia principal do indicador de poupança corrente é ter menor valor possível, pois maior será a capacidade de (1) custear despesas, (2) realizar financiamentos, (3) amortizar dívidas e/ou (4) liquidar juros, através da receita corrente.

A melhora da poupança corrente pode ser alcançada através da sustentabilidade da dívida, resultado orçamentário positivo e redução do déficit orçamentário; logo é fundamental atentar-se para a relação existente entre despesas e receitas (Araujo et al., 2017; Oliveira, 2021). O estudo realizado por Araujo et al. em 2017, analisou a relação entre despesas e receitas do governo central durante os anos de 1997 a 2015. O referido estudo demonstrou que até 2013, o governo buscou equilíbrio orçamentário, respeitando suas condições orçamentárias, ou seja, receitas e despesas seguiam na mesma direção, sendo as receitas ligeiramente superiores às despesas. Entretanto, a partir de 2014, o estudo demonstrou redução de receitas e crescimento de despesas, promovendo o desequilíbrio orçamentário e a consequente redução da capacidade de poupar recursos.

O indicador de liquidez não constava nas metodologias anteriores e é calculado através da divisão entre os valores a pagar e o valor bruto disponível referente ao exercício anterior (Pellegrini, 2017). Os valores a pagar correspondem somente às obrigações financeiras do exercício corrente e aos restos a pagar de exercícios anteriores; já as disponibilidades correspondem à ativos de alta liquidez referentes ao exercício anterior e não vinculados (Brasil, 2017). Segundo o Instituto de Pesquisa

Econômica e Previdência – IPEP – (2023), por esses motivos o indicador liquidez não é suficiente para demonstrar a liquidez do ente pois não comporta grande parte de suas movimentações patrimoniais. Para Pellegrini (2017), a ideia principal do indicador é perceber o possível valor de recursos totalmente disponíveis para pagamento das obrigações financeiras de curto prazo.

Após a atribuição da nota de cada indicador (resultado parcial) é realizada a combinação dessas notas para verificação do resultado (índice) referente a capacidade de pagamento do ente federado. Somente recebe nota A (melhor nota) como índice, o ente que recebeu nota A em todos os indicadores; e, somente recebe nota D (pior nota) como resultado, o ente que recebeu nota D em todos os indicadores (Pellegrini, 2017). É possível, porém, diversas combinações, conforme demonstra a Figura 4:

Nota Final	Endividamento	Poupança Corrente	Índice de Liquidez
A	A	A	A
B	B	A	A
B	C	A	A
B	A	B	A
B	B	B	A
B	C	B	A
D	C	C	C
C	outras combinações		

Figura 4: Nota final CAPAG

Fonte: (Pellegrini, 2017)

Infere-se pela análise das combinações que o indicador de maior importância é o indicador de liquidez, pois se o ente não obtiver nota A nesse indicador terá no máximo nota C como nota final. A importância do indicador de poupança é intermediária pois é possível obter a nota B como índice ainda que receba nota B

nesse indicador. (Pellegrini, 2017) Para o autor, o principal problema da metodologia é a ausência de gradação, dificultando a realização de uma avaliação mais precisa. Entretanto esse problema metodológico não diminui a importância e utilidade do índice, capaz de sintetizar, em uma única nota, a situação fiscal dos entes, favorecendo a comparação entre estados, municípios e Distrito Federal.

2.2 GOVERNANÇA PÚBLICA

A tentativa de solucionar os problemas decorrentes da divergência de interesses e assimetria informacional entre os envolvidos nas instituições privadas deram origem a ideia de governança (Aquino et al., 2021; Zaman et al., 2022). Para Oliveira e Pisa (2015), a capacidade de minimização dos problemas de agência com a utilização das práticas de governança, favorece a sua utilização em outros setores além do corporativo, tal como a redução da assimetria informacional no setor público, existente entre gestores públicos (os agentes) e cidadãos (principais *stakeholders*) (Teixeira & Gomes, 2019).

Muitos pesquisadores descrevem a governança pública como uma metodologia de gestão aprimorada (Teixeira & Gomes, 2019) que deve avaliar a capacidade do gestor agir de forma decisiva na resolução de problemas (Danshina & Britchenko, 2017), atendendo aos interesses coletivos e aproximando o cidadão comum do Estado (Teixeira & Gomes, 2019). No entanto o conceito de governança no setor público é amplo e com diversas aplicabilidades e metodologias (Teixeira & Gomes, 2019) devido à complexidade da gestão pública agravada pelo aumento das demandas e possíveis incompatibilidades entre elas (Waele et al., 2021); além da dualidade existente entre a finitude de recursos e a expectativa da sociedade (Vabø

et al., 2022). A Figura 5 sintetiza algumas das metodologias que permeiam o conceito de governança.

ABORDAGEM	CARACTERÍSTICAS
Gestão tradicional	Burocrática, centralizada, hierárquica, distante da população, conservadora (Danshina & Britchenko, 2017). Foco na legalidade e conformidade (Fonseca et al., 2020).
Nova gestão pública	Foco na competição entre envolvidos (French et al., 2022). Foco na mensuração do desempenho (Vabø et al., 2022). Responsabilização com base no desempenho (French et al., 2022). Incentivo a descentralização (Ishihara, 2022).
Nova governança pública	Voltada para a participação cidadã como coprodutores (Vabø et al., 2022). O desempenho público não é o foco principal, e sim, o valor público alcançado e a confiança (Arun et al., 2021). Responsabilização com base no resultado alcançado (Vabø et al., 2022). Busca melhorar a confiança no setor público (Arun et al., 2021).
Governança de rede ou digital	Características similares a nova governança pública, mas adequando-se a era digital, utilizando a tecnologia para ampliar a participação e a transparência (Lara et al., 2018; Ravšelj et al., 2022)

Figura 5: Características das teorias de governança pública.

Fonte: Elaboração própria com base no referencial teórico.

Idealizar o padrão de governança adequado, considerando as peculiaridades temporais e modernas da sociedade é tarefa árdua e complexa (Danshina & Britchenko, 2017), principalmente porque não existe um único padrão de governança, e sim, a concomitância de diferentes padrões de gestão por vezes, com lógicas contrárias, resultado das transformações históricas na administração pública e da complexidade da gestão (Danshina & Britchenko, 2017; Vabø et al., 2022; Waele et al., 2021). Para os referidos autores, esses padrões acabam interligando-se, não permitindo a identificação clara de seus limites, contrariando Osborne, mentor da metodologia da nova governança pública, ao afirmar que sua metodologia substituiria todas as outras teorias de governança existentes (Vabø et al., 2022). Para Vabø et al.

(2022), é possível que a nova governança pública seja a metodologia mais perceptível, porém, as demais teorias coexistirão como diferentes níveis de governança.

De forma consolidada, segundo o TCU – Tribunal de Contas da União - a governança no setor público consiste na utilização de mecanismos para avaliar, conduzir e acompanhar a gestão pública, objetivando o atendimento dos interesses da sociedade (Aquino et al., 2021). Para os autores, a governança pública objetiva a solução das problemáticas sociais por meio de ações coletivas e participativas para tomada de decisões, favorecendo o controle social, já que permitem que cidadãos avaliem as ações dos gestores públicos.

As crises econômico-financeiras, iniciadas na década de 1980, afetaram a credibilidade do governo junto a sociedade (Ishihara, 2022; Lopez-Littleton et al., 2018; Teixeira & Gomes, 2019). Logo, as metodologias de governança desenvolvidas a partir 1990 têm reorganizado a administração pública, voltando-a para critérios fiscais e sociais e consolidando uma diferente relação entre governo e sociedade (Teixeira & Gomes, 2019).

Para Abreu et al. (2017), a implementação de mecanismos de boa governança aprimora a capacidade de gestão fiscal. Boa gestão fiscal é fundamental para elucidação de problemas e atendimento dos interesses sociais (Abreu et al., 2017), além de promover melhor administração dos recursos públicos, minimizando a contratação de dívidas públicas e a postergação de dívidas já existentes (Baldissera & Araújo, 2021). Dessa forma, a hipótese central desse estudo é a seguinte:

H₁: Índices de governança dos governos estaduais possuem relação positiva com a capacidade de pagamento dos estados.

A governança ideal converge os princípios de governança em estratégias para (1) atender as expectativas; (2) proteger e ampliar a percepção de valor; (3) promover maior acessibilidade de recursos e (4) favorecer o desenvolvimento sustentável (Oliveira e Pisa, 2015). Considerando a hipótese central, o estudo analisará a influência de alguns princípios de governança na solvência pública dos governos estaduais, formulando assim sub hipóteses da pesquisa. Para tal aprofundaremos a descrição desses princípios.

2.2.1 Equidade

Equidade social é um dogma moral que deve ser defendido pela administração pública (Lopez-Littleton et al., 2018). A administração pública deve preocupar-se em oferecer tratamento justo e igualitário à sociedade de maneira geral, realizando políticas públicas benéficas para todos os indivíduos independente de suas características pessoais (Berry-James et al., 2021; Lopez-Littleton et al., 2018; Waele et al., 2021). Para os referidos autores, todos os cidadãos devem ter a mesma facilidade de acesso às políticas públicas e serem tratadas com igual rigor perante a lei.

No entanto, a desigualdade entre membros da sociedade é uma realidade histórica, crescente e acentuada pela desproporcionalidade de concentração de renda e a acessibilidade a direitos fundamentais como educação e saúde (Meyer et al., 2022). O histórico de ações públicas dos países, de forma geral, favorece mais determinadas classes da sociedade, gerando desigualdades que repercutem em todas as áreas, tais como: (1) econômica, (2) social, (3) racial, (4) jurídica, (5) policial, (6) educacional (Berry-James et al., 2021). Nos EUA, por exemplo, a segregação racial foi legitimada, promovendo o racismo estrutural, colocando os negros em

posições subalternas de alimentação, moradia, lazer, educação, saúde, renda, defesa policial e judicial, entre outras (Berry-James et al., 2021; Lopez-Littleton et al., 2018).

O tema começou a ser estudado após 1960 e foi incorporado como princípio público com o advento da nova administração pública, entre 1960 e 1970 (Meyer et al., 2022). Para os referidos autores, a equidade passou a incorporar os pilares da administração pública no início do século 21, pois percebeu-se que políticas públicas eficazes, eficientes e econômicas podem prejudicar a igualdade social quando discriminam ou marginalizam determinados setores.

A igualdade é: (1) defendida por lei; (2) um pilar da administração pública e (3) responsabilidade de todos (Berry-James et al., 2021; Waele et al., 2021). No entanto, a gestão pública ainda trata a equidade como uma preocupação secundária (Berry-James et al., 2021; Lopez-Littleton et al., 2018). Os serviços públicos e as leis são aplicadas de maneira divergente a depender de características do indivíduo, tais como: sexualidade, raça, gênero, renda, opção religiosa (Lopez-Littleton et al., 2018). Para os autores, é fundamental que a administração pública promova discussões acerca das desigualdades sociais e de como devem agir de forma a promover a igualdade. Para essa implementação é necessário: (1) identificar as desigualdades existentes; (2) perceber as razões que promovem as desigualdades; (3) promover ações de combate às desigualdades, mensurando sempre o progresso (Meyer et al., 2022).

A equidade permite disponibilizar políticas de boa qualidade, de forma imparcial e capazes de produzir resultados justos (Meyer et al., 2022), alcançando assim a razão de ser da administração pública que é o bem-estar geral de toda a população e não só de determinados setores da população (Berry-James et al., 2021). Ela é importante para que a distribuição de benefícios seja equitativa entre os indivíduos

(Meyer et al., 2022) Para os autores, os cidadãos não devem receber além ou abaixo do que necessitam e merecem, pois o excesso pode trazer sentimento de culpa, demérito e/ou avareza; já a falta pode desencadear amarguras, irritabilidade e/ou infelicidade.

Teixeira e Gomes (2019) acreditam que a boa governança é fundamental para redução das desigualdades sociais e melhoria do nível de desenvolvimento humano geral. O desenvolvimento humano é apontado como a possibilidade de alcançar melhores condições de vida, através de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos (Abreu et al., 2017). Há estudos que relacionam a gestão fiscal equilibrada ao desenvolvimento humano (Abreu et al., 2017; Santos et al., 2018). No entanto essa relação não foi percebida no Brasil (Santos et al., 2018). Dessa forma, estabelece-se a segunda hipótese desse trabalho:

H₂: A equidade social dos governos estaduais possui relação positiva com a capacidade de pagamento dos estados.

2.2.2 Participação

A participação consiste em dar voz aos *stakeholders*, principalmente os indivíduos, para que integrem e controlem as decisões governamentais e ações públicas, atendendo assim os interesses da coletividade (Abreu et al., 2017; Baldissera et al., 2020). O envolvimento dos cidadãos é vantajoso também para a administração pública pois permite que as ações governamentais sejam mais estratégicas e eficientes (Baldissera et al., 2020). A participação e motivação dos servidores públicos também é importante para alcançar o bem-estar geral (Kazho & Atan, 2022).

A participação é um princípio muito importante na abordagem da nova governança pública (Vabø et al., 2022). Os indivíduos deixam de ser meros usuários da gestão pública e são convidados a coprodução/cocriação, ou seja, a união entre estado, mercado e sociedade com objetivo de inovar a gestão, obter os resultados desejados e ampliar o valor público (Lima-Silva et al., 2020; Vabø et al., 2022). A base principal desse princípio é a ideia de que a capacidade de resolução dos problemas enfrentados pela sociedade tende a ser melhor quando as ações levam em consideração os interesses governamentais, mercadológicos e dos indivíduos, enfim, dos diferentes *stakeholders* (Lima-Silva et al., 2020).

O envolvimento social não se restringe ao direito ao voto e pode ser percebido nas inúmeras possibilidades de engajamento dos cidadãos nas questões públicas, nas solicitações de suas demandas e na responsabilização de seus representantes (Abreu et al., 2017), tais como: (1) legitimação popular (voto), (2) controle social e (3) consentimento social (Rocha et al., 2020). Todos os instrumentos de engajamento social são válidos; a escolha de qual utilizar deve levar em consideração as características políticas, culturais e sociais da população em questão (Lima-Silva et al., 2020). Entretanto, Abreu et al. (2017) afirmam que nem todos os indivíduos desejam atuar ativamente na sociedade.

A importância desse instrumento em todo o mundo suscitou uma vasta literatura sobre o tema (Lima-Silva et al., 2020). Alguns estudos focam em analisar suas vulnerabilidades, tais como: (1) precariedade do envolvimento da população marginalizada e/ou carente, (2) descrédito na eficiência do mecanismo e (3) desinteresse pelo mecanismo (Abreu et al., 2017; Lima-Silva et al., 2020). Segundo os referidos autores, para o mecanismo ser eficiente é necessário que haja verdadeira troca de opiniões e interesses diversos, de forma que toda a sociedade possa ser

incluída e não ocorra o silenciamento de determinados grupos da sociedade. Dessa forma, o “calcanhar de Aquiles” da participação é a inclusão dos marginalizados e carentes, dificuldade percebida de forma mais significativa em países com altas desigualdades (Lima-Silva et al., 2020). Os autores Vabø et al. (2022) alertam que a participação ativa da população pode desorganizar os planos governamentais. No entanto, percebe-se que democracias mais fortalecidas possuem maior atuação social (Abreu et al., 2017).

É um importante pilar da democracia pois para que o povo exerça sua soberania é necessário, entre outros direitos, a garantia de igualdade nas condições de envolvimento social na política (Abreu et al., 2017). Também é importante para a governança, o desenvolvimento social e a inovação, pois através de sua atuação a sociedade informa suas demandas e, ajuda a programar o atendimento das mesmas (Abreu et al., 2017; Marcondes et al., 2022), contribuindo para a efetividade das políticas públicas e melhor gestão orçamentaria e fiscal, além de empoderar indivíduos e governos (Abreu et al., 2017; Lima-Silva et al., 2020).

A participação social é influenciada pelo: (1) nível de interesse da sociedade em participar dos assuntos envolvendo a gestão pública; (2) o grau de instrução dos cidadãos e (3) o grau de acessibilidade às informações públicas (Rodrigues et al., 2020). Logo, a participação está atrelada a outro importante princípio: a: transparência, pois o acesso à informação possibilita conhecer melhor o sistema, oportunizando sua participação na gestão pública e servindo de base para o controle social (Binh & Giai, 2022; Marcondes et al., 2022). Já Lima-Silva et al. (2020) defendem que é o engajamento social que melhora a transparência e Dobrolyubova (2021) considera a importância da tecnologia para a participação social e a cocriação nas políticas públicas.

Dentre os países latino-americanos, o Brasil é o país onde o governo mais incentivou a participação pública (Lima-Silva et al., 2020). Apesar dos sucessos referentes a participação e controle social, o Brasil ainda possui muitas fraquezas a serem resolvidas no quesito participação, principalmente na conexão com públicos mais amplos (Silva et al., 2021). Também possui muitas fragilidades em sua gestão orçamentária, que tende a ser melhor em governos com maior envolvimento social (Abreu et al., 2017). Para os autores, envolvimento social ativo pode ser percebido por diversos comportamentos, entre eles o comparecimento às eleições, demonstrando e buscando seus interesses políticos. Dessa forma, estabelece-se a terceira hipótese desse trabalho:

H₃: A participação eleitoral da população possui relação positiva com a capacidade de pagamento dos estados.

2.2.3 Transparência

Há diversas definições de transparência (Binh & Giai, 2022), mas, de forma geral, consiste na abertura do governo para o ambiente externo, ou seja, na divulgação aos *stakeholders* de informações referentes às condutas e ações internas das organizações públicas, permitindo assim que as partes interessadas possam acompanhar, controlar e apreciar as ações governamentais, além de responsabilizar os servidores públicos por suas ações (Baldissera et al., 2020; Binh & Giai, 2022). A transparência pode ser entendida como a relação existente entre dois elementos: (1) ator e (2) fórum (Baldissera et al., 2020). O ator corresponde ao gestor que precisa prestar informações sobre sua atuação e o fórum corresponde aos *stakeholders* que questionam, julgam e responsabilizam o gestor (ator) (Overman et al., 2021).

A transparência pública pode ocorrer de duas formas: (1) ativa e (2) passiva; a ativa refere-se à divulgação realizada por iniciativa própria da administração pública; já a passiva refere-se à divulgação realizada em resposta a uma iniciativa/demanda externa (Baldissera et al., 2020). As informações divulgadas precisam ser compreensíveis, acessíveis, tempestivas, confiáveis, claras e relevantes (Binh & Gai, 2022; Fonseca et al., 2020; Marcondes et al., 2022).

A transparência pública possui extrema importância para a boa governança pública pois incentiva a divulgação da atuação pública e a responsabilização dos gestores (Baldissera et al., 2020; Fonseca et al., 2020; Kazho & Atan, 2022), assegurando melhor uso dos recursos (Fonseca et al., 2020), crescimento econômico e maior confiança dos cidadãos nos gestores (Arun et al., 2021). A complexidade, aplicabilidade e importância da transparência relacionam-na com muitas outras bases da administração pública, conforme demonstra a Figura 6:

BASE	EXPLICAÇÕES
<i>Accountability</i>	A prestação de contas permite que os <i>stakeholders</i> penalizem ou recompensem os gestores de acordo com a gestão. (Fonseca et al., 2020).
Participação social	A transparência favorece a participação social, pois permite que a sociedade conheça e faça parte das ações públicas (Baldissera et al., 2020).
Desempenho público	A responsabilização depende da transparência do desempenho; principalmente da comparabilidade do desempenho de diferentes gestores (Fonseca et al., 2020; Kazho & Atan, 2022).
Satisfação dos <i>stakeholders</i> e bem-estar comum	A transparência permite a adequação das ações públicas de forma a atender as necessidades dos diferentes <i>stakeholders</i> (Arun et al., 2021). As ações públicas devem ser transparentes (Baldissera et al., 2020).
Legalidade, Conformidade, <i>Compliance</i>	A atuação do gestor deve ser embasada em leis; logo acompanhar se a atuação pública está conforme o esperado, reduz o poder discricionário do gestor (Fonseca et al., 2020; Rodrigues et al., 2020; Waele et al., 2021). Para (Arun et al., 2021), foco demasiado nessas bases engessam a atuação pública, dificultando o alcance do bem-estar comum.
Ética e Integridade	A atuação do gestor deve ser honesta, imparcial, justa e ilibada (Meyer et al., 2022). Acompanhar a atuação do gestor aumenta a probabilidade de uma atuação adequada e confiável (Ellis, 2022; Meyer et al., 2022).

Figura 6: Relação transparência e outras bases da administração pública.
Fonte: Elaboração própria com base no referencial teórico.

Pelo exposto, percebe-se que a transparência pública possui fundamental importância para a boa governança dos governos (Fonseca et al., 2020). Não é de hoje que o Brasil vivencia inúmeros escândalos de corrupção envolvendo gestores públicos, sendo cada vez mais importante a adoção de estratégias de contenção das transgressões contra o erário, como a transparência e responsabilização dos agentes públicos (Ellis, 2022; Rodrigues et al., 2020; Teixeira & Gomes, 2019). Favorecendo, assim, a participação social, a eficiência, economia, qualidade do valor público e o atendimento das necessidades sociais, reduzindo as desigualdades, melhorando a confiabilidade na gestão, a credibilidade pública e gestão orçamentária-fiscal (Baldissera et al., 2020; Binh & Giai, 2022; Ellis, 2022; Rodrigues et al., 2020; Teixeira & Gomes, 2019). Dessa forma, estabelece-se a quarta hipótese desse trabalho:

H4: A transparência dos governos estaduais possui relação positiva com a capacidade de pagamento dos estados.

Capítulo 3

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de perceber em que nível a governança pública, a transparência, a participação eleitoral e a equidade social influenciam a capacidade de solvência dos governos estaduais, este trabalho fez uso do método quantitativo, descritivo, utilizando-se de dados secundários com corte longitudinal (Hair et al., 2007).

3.1 AMOSTRA

A amostra desse estudo é composta por dados dos estados brasileiros e distrito federal no período entre 2017 e 2020. A escolha dos estados brasileiros justifica-se pelo alto nível de dívidas dos estados brasileiros e a condição de semifalência dos estados brasileiros (Horta, 2018).

O período analisado foi de 2017 a 2020, devido ao fato das informações de 2021 e 2022 não estarem todas disponíveis na época da pesquisa e devido a alteração na metodologia CAPAG em 2017, prejudicando comparações entre os diferentes métodos.

3.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Os dados foram retirados do instituto brasileiro de geografia e estatística – IBGE, do tribunal superior eleitoral, da metodologia CAPAG e dos relatórios de gestão fiscal quadrimestrais, ambos obtidos no portal do tesouro nacional transparente. Após a coleta, os dados foram inicialmente tratados no Excel e posteriormente trabalhados

no Stata SE. Devido à ausência de algumas informações durante alguns períodos estudados, determinados dados foram estimados através do cálculo da média entre as informações disponíveis; isso aconteceu para os dados da variável participação referente aos anos de 2017 e 2019 para estados e distrito federal e 2020 somente para o distrito federal.

3.3 VARIÁVEIS

As variáveis desse estudo dividem-se em variável dependente, variáveis independentes ou explicativas e variáveis de controle.

3.3.1 Variável Dependente

A variável dependente do estudo é a capacidade de pagamento dos estados - CAPAG. É uma variável qualitativa categórica que demonstra as notas dos entes federados. Pode assumir valor “A”, “B”, “C” ou “D”, de acordo com a capacidade de pagamento do ente analisado, sendo a nota “A” obtida quando há melhor capacidade de pagamento e a nota “D”, quando há pior capacidade de pagamento.

3.3.2 Variáveis Independentes

Esse estudo possui quatro variáveis explicativas, abaixo relacionadas:

3.3.2.1 Variável Governança Pública

Essa variável mensura a governança pública. Diferentes autores (Teixeira & Gomes, 2019; Waele et al., 2021) alertam para a importância e dificuldade de identificar mecanismos de mensuração do nível de governança pública, verificando

assim, se a gestão está alcançando seus propósitos. Existem poucos índices consolidados para essa mensuração, tais como: *Worldwide Governance Indicators* - WGI, Índice Ibrahim de Governança Africana e Índice de Governança Pública -IGovP (Buta & Teixeira, 2020). No entanto, a aplicabilidade desses índices, de acordo com os dados atuais brasileiros disponíveis, é complexa. Dessa forma, baseado no referencial teórico foi estabelecido um novo índice para mensurar o nível de governança pública, através de alguns princípios fundamentais da governança que também conFiguram como variáveis independentes nesse estudo.

O nível de governança foi alcançado com base em (Oliveira & Pisa, 2015); na formação do índice, devido a importância de cada um dos itens, foi atribuído igual peso, 33,33%, para todos eles, chegando na seguinte fórmula:

$$Governança = \sum_{i=1}^4 B_i \times p_i .$$

Onde:

B_i =Resultado da variável i

p_i = Peso da variável i (sempre 1, para evitar viés).

As variáveis *dummies* foram convertidas em números decimais para obter um índice com variação entre 0 e 1, onde 0 significa péssima governança e 1 melhor governança. A gradação do índice tem base no escalonamento do índice de desenvolvimento humano municipal, conforme demonstrado na Figura 7:

NÍVEL	NOTA
Muito baixo	Entre 0 e 0,499
Baixo	Entre 0,500 e 0,599
Médio	Entre 0,600 e 0,699
Alto	Entre 0,700 e 0,799
Muito alto	Entre 0,800 e 1

Figura 7: Faixas do índice de governança pública

Fonte: Elaboração própria com base em (Oliveira & Pisa, 2015)

3.3.2.2 Variável Transparência

Devido a semelhança dos conceitos e dificuldades de obter dados públicos para mensurá-los separadamente, os princípios prestação de contas, responsabilização do gestor, legalidade, conformidade, *compliance*, integridade e ética foram agrupados dentro da variável transparência.

O cerne da variável é perceber se o gestor cumpre as determinações da lei de responsabilidade fiscal que prevê que (1) as despesas com pessoal não poderão ultrapassar 60% da receita corrente líquida; (2) o valor total anual dos empréstimos não poderá ultrapassar 16% da receita corrente líquida e (3) o valor do serviço da dívida não poderá ultrapassar 11,5% da receita corrente líquida. (Simonassi et al., 2021) Essa lei foi criada como mecanismo para regulamentar e melhorar a gestão fiscal (Horta, 2018), tendo assim relação com o estudo em questão. Os dados foram transformados em variável *dummy* com valor igual a 1, quando o ente atendeu as exigências da lei de responsabilidade fiscal.

3.3.2.3 Variável Participação

O princípio participação foi mensurado através do percentual de comparecimento nas eleições estaduais e municipais, conforme preconizado em (Abreu et al., 2017). Os dados foram utilizados em sua forma decimal.

3.3.2.4 Variável Equidade

A mensuração do princípio da equidade objetivou perceber o nível de desigualdades existentes nos estados. Dessa forma foi utilizado um indicativo de desigualdade, que demonstra a distribuição do rendimento domiciliar: o Índice de Gini

considerando os benefícios sociais (Sharma & Patil, 2022). Os dados foram utilizados em sua versão decimal.

3.3.3 Variáveis De Controle

Esse estudo possui duas variáveis de controle, abaixo relacionadas:

3.3.3.1 Região

Como variável de controle foi escolhida a divisão entre as regiões brasileiras, pois as peculiaridades regionais podem afetar o comportamento da gestão pública (Abreu et al., 2017). Segundo Rodrigues et al., 2020, as regiões norte e nordeste possuem maiores índices de corrupção devido a suas baixas capacidades de controle e; sociedades com maiores rendas e melhor escolaridade de sua população possuem maior capacidade de fiscalização e controle da corrupção. Instituições participativas foram criadas primeiro nos estados sulistas e por último nas regiões norte e nordeste (Silva et al., 2021). Abreu et al., 2017 alertam que algumas regiões brasileiras necessitam mais de incentivo à participação do que outras. O nível de transparência pública também é influenciado pelas idiosincrasias regionais (Baldissera et al., 2020). E Baldissera e Araújo (2021) alertam que regiões mais populosas e mais desenvolvidas possuem maiores despesas e por isso são mais endividadas. A variável é considerada *dummy* e a referência foi a região sudeste, devido ser a região mais desenvolvida.

3.3.3.2 Alinhamento Político

Ao considerar o alinhamento político, a ideia é perceber se existe diferença na capacidade de pagamento entre estados em que os governadores estão alinhados ao governo central e os que não estão alinhados. Diversos autores (Baldissera et al., 2020; Baldissera & Araújo, 2021; Binh & Giai, 2022) afirmam que há diferenças na gestão de acordo com questões políticas.

3.3.4 Quadro Explicativo das Variáveis

Para facilitar o entendimento, as informações referentes às variáveis encontram-se descritas na Figura 8:

VARIÁVEL	CÓDIGO	TIPO	SIGNIFICADO	BASE TEÓRICA	FONTE
Capacidade de pagamento	CAPAG	Dependente Categórica (Referência: Nota A)	Demonstra a nota do ente federativo para sua capacidade de solvência	(Pellegrini, 2017; Simonassi et al., 2021)	Tesouro Nacional
Governança Pública	GP	Independente	Demonstra a nota de governança	(Oliveira & Pisa, 2015)	Elaboração própria
Nível de governança pública	NG	Não utilizada no modelo.	Demonstra o escalonamento das notas de governança em níveis	(Oliveira & Pisa, 2015)	Elaboração própria
Transparência	TR	Dependente – <i>Dummy</i> (Referência: atende a LRF -1)	Demonstra se o ente federado atende as exigências da LRF	(Horta, 2018; Simonassi et al., 2021)	Tesouro Nacional
Participação	PT	Dependente Forma decimal	Demonstra o comparecimento dos eleitores às urnas	(Abreu et al., 2017)	TSE
Equidade	EQ	Dependente Forma decimal	Demonstra a distribuição do rendimento com benefícios sociais	(Sharma & Patil, 2022)	IBGE
Região	RE	Controle <i>Dummy</i> (Referência: região sudeste -1)	Demonstra em qual região o ente federado está localizado	(Abreu et al., 2017; Baldissera et al., 2020; Rodrigues et al., 2020)	IBGE
Alinhamento político	AP	Controle <i>Dummy</i> (Referência: alinhado -1)	Demonstra se o governador está alinhado ao presidente da república	(Baldissera et al., 2020; Baldissera & Araújo, 2021; Binh & Giai, 2022)	TSE

Figura 8: Quadro explicativo das variáveis.

Fonte: Elaboração própria.

3.4 MODELO

Para atender os objetivos dessa pesquisa, os dados foram analisados através de estatísticas descritivas, verificação de associações e correlações entre as variáveis e regressão logística multinomial.

O estudo terá dois modelos matemáticos, utilizando a regressão logística multinomial. Esse modelo foi escolhido devido a variável CAPAG ser qualitativa com quatro alternativas distintas, sendo essa metodologia capaz de aferir as chances de ocorrência das diferentes alternativas (Fávero & Belfiore, 2017). O primeiro modelo (I) relaciona a variável dependente com as variáveis equidade, participação e *transparência*, além das variáveis de controle. O segundo modelo (II) relaciona a variável dependente somente com o nível de governança e as variáveis de controle.

Com a intenção de aprofundar a análise do tema, os três indicadores do CAPAG serão analisados individualmente como variáveis dependentes, comparando-os com as variáveis explicativas deste trabalho. Devido o acentuado número de modelos gerados nessa análise, os mesmos serão apresentados e descritos em momento posterior.

$$\begin{aligned}
p_{i^0} = & 1 \div [1 + e^{(\alpha_1 + \beta_{11} x \text{ TRANSPARENCIA} + \beta_{21} x \text{ PARTICIPAÇÃO} + \beta_{31} x \text{ EQUIDADE} + \beta_{31} x \text{ REGIAO} + \beta_{41} x \text{ ALINHAMENTO POLITICO})} \\
& + e^{(\alpha_2 + \beta_{12} x \text{ TRANSPARENCIA} + \beta_{22} x \text{ PARTICIPAÇÃO} + \beta_{32} x \text{ EQUIDADE} + \beta_{32} x \text{ REGIÃO} + \beta_{42} x \text{ ALINHAMENTO POLITICO})} \\
& + e^{(\alpha_3 + \beta_{13} x \text{ TRANSPARENCIA} + \beta_{23} x \text{ PARTICIPAÇÃO} + \beta_{33} x \text{ EQUIDADE} + \beta_{33} x \text{ REGIAO} + \beta_{43} x \text{ ALINHAMENTO POLITICO})}]
\end{aligned} \tag{I}$$

$$\begin{aligned}
p_{i^0} = & 1 \div [1 + e^{(\alpha_1 + \beta_{11} x \text{ GOVERNANÇA PÚBLICA} + \beta_{21} x \text{ REGIAO} + \beta_{31} x \text{ ALINHAMENTO POLITICO})} \\
& + e^{(\alpha_2 + \beta_{12} x \text{ GOVERNANÇA PÚBLICA} + \beta_{22} x \text{ REGIÃO} + \beta_{32} x \text{ ALINHAMENTO POLITICO})} \\
& + e^{(\alpha_3 + \beta_{13} x \text{ GOVERNANÇA PÚBLICA} + \beta_{23} x \text{ REGIAO} + \beta_{33} x \text{ ALINHAMENTO POLITICO})}]
\end{aligned} \tag{II}$$

Capítulo 4

4 RESULTADOS E ANÁLISES

O trabalho com a base de dados iniciou através da mensuração do nível de governança dos estados brasileiros, de acordo com a metodologia apresentada anteriormente. Os resultados são apresentados nas Tabelas 1 e 2:

TABELA 1: NOTA GOVERNANÇA PÚBLICA ESTADOS BRASILEIROS

	2017	2018	2019	2020
Região Norte				
Rondônia	0,4458	0,4577	0,4071	0,4203
Acre	0,4546	0,4892	0,4486	0,4263
Amazonas	0,5203	0,4834	0,4581	0,4810
Roraima	0,4884	0,5091	0,5013	0,4758
Pará	0,4779	0,4875	0,4760	0,4598
Amapá	0,5104	0,4933	0,4694	0,4526
Tocantins	0,4514	0,4431	0,4814	0,4711
Região Nordeste				
Maranhão	0,4891	0,4741	0,4785	0,4652
Piauí	0,5040	0,4910	0,4939	0,4731
Ceará	0,5003	0,4913	0,4969	0,4581
Rio Grande do Norte	0,4958	0,4563	0,4603	0,4455
Paraíba	0,5083	0,4663	0,5024	0,4515
Pernambuco	0,5054	0,4851	0,4971	0,4836
Alagoas	0,4885	0,4748	0,4686	0,4647
Sergipe	0,4716	0,4964	0,4980	0,4794
Bahia	0,4669	0,4809	0,4837	0,4770
Região Sudeste				
Minas Gerais	0,4368	0,4234	0,4200	0,4095
Espírito Santo	0,4780	0,4722	0,4678	0,4478
Rio de Janeiro	0,4345	0,4358	0,4312	0,4225
São Paulo	0,4728	0,4410	0,4608	0,4497
Região Sul				
Paraná	0,4787	0,4741	0,4587	0,4431
Santa Catarina	0,4278	0,4514	0,4425	0,4290
Rio Grande do Sul	0,4421	0,4351	0,4243	0,4131
Região Centro-oeste				
Mato Grosso do Sul	0,4559	0,4592	0,4505	0,4395
Mato Grosso	0,4523	0,4064	0,4015	0,4358
Goiás	0,4399	0,4559	0,4139	0,4371
Distrito Federal	0,5138	0,4944	0,4908	0,4890

Fonte: Elaboração própria

Com base no escalonamento do índice de desenvolvimento humano municipal, o nível de governança dos estados brasileiros concentra-se somente nos índices muito baixo ou baixo, conforme Tabela 2:

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO NÍVEL DE GOVERNANÇA POR REGIÕES

	Sudeste		Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sul		Total
	Baixo	Muito baixo	Baixo	Muito baixo	Baixo	Muito baixo	Baixo	Muito baixo	Baixo	Muito baixo	
2017	0	4	1	3	4	5	2	5	0	3	27
2018	0	4	0	4	0	9	1	6	0	3	27
2019	0	4	0	4	1	8	1	6	0	3	27
2020	0	4	0	4	0	9	0	7	0	3	27
Total	0	16	1	15	5	31	4	24	0	12	

Fonte: Elaboração própria

A região sudeste e a região sul, em todos os anos da amostra, apresentaram somente nível muito baixo de governança pública. A região centro-oeste também; com exceção do ano de 2017, que o Distrito Federal apresentou nota 0,5137, colocando a unidade federativa no nível baixo. A região norte e nordeste possuem a maior variação dentre as outras regiões. Em 2017, cinco estados do nordeste (Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia) apresentaram nível muito baixo de governança pública. Já em 2018 e 2020 todos os estados nordestinos tiveram nível muito baixo. Entretanto em 2019, o estado da Paraíba figurou no nível baixo ao obter a nota 0,5023. Na região norte, dois estados obtiveram nível baixo (Amazonas e Amapá) em 2017. Em 2018 e 2019 somente Roraima obteve nível baixo e, em 2020, todos apresentaram nível muito baixo.

É possível que os níveis tenham se concentrado somente nos níveis baixos e muito baixos pelo fato do presente estudo ter ponderado somente três características da governança pública. Não sendo possível mensurar os demais aspectos públicos que interferem na governança pública. Essa dificuldade corrobora com os autores

Danshina e Britchenko (2017); Teixeira e Gomes (2019) e Waele et al. (2021) ao afirmarem que a mensuração é importante, porém complexa e de difícil alcance. Níveis baixos de governança para a realidade brasileira estão alinhados com Joy e Panda (2020). Os referidos autores concluíram que países em desenvolvimento tendem a possuir estruturas de governança mais frágeis. Esses níveis baixos de governança podem ser percebidos na prática pela falta de confiança da população brasileira em seus gestores, conforme afirma Teixeira & Gomes (2019).

As estatísticas descritivas das variáveis numéricas utilizadas nessa mensuração são apresentadas na Tabela 3. Como três informações referentes ao CAPAG não constavam na base, devido os estados em questão não os terem divulgados, três observações foram excluídas das análises estatísticas: (1) dados referentes ao ano de 2017 de Minas Gerais, (2) dados referentes ao ano de 2018 de Minas Gerais e (3) dados referentes ao ano de 2020 do Amapá.

A variável alinhamento político é uma *dummy* que assume valor 1 (referência) quando o governador da unidade federativa está alinhado ao governo central. As estatísticas descritivas dessa variável demonstram que 60% dos governadores da amostra são alinhados ao governo central. A transparência demonstra se o poder executivo, na Figura do governo estadual, atendeu as exigências da LRF. A variável assume valor 1 quando o governo estadual atendeu as exigências da LRF e valor 0 quando o governo estadual não atendeu as exigências da LRF; 70,47% da amostra atendeu as exigências da LRF.

TABELA 3: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Variável	Obs.	Média	D. Padrão	Mínimo	1ºquartil	Mediana	3ºquartil	Máximo
Nota transparência	105	0,0704	0,6503	0,0000	0	0,1	0,1	0,1
Nota equidade	105	0,5168	0,0822	0,4117	0,4819	0,5264	0,5483	0,5932
Nota participação	105	0,8073	0,0443	0,7192	0,7846	0,8100	0,8307	0,8825
Nota governança	105	0,4649	0,0592	0,4015	0,4455	0,4678	0,4875	0,5203
Nível governança	105	0,9048	0,3260	0	1	1	1	1
Transparência	105	0,7047	0,6503	0	0	1	1	1
Alinhamento político	105	0,6000	0,8204	0	0	0	1	1

Fonte: Elaboração própria

Já a variável equidade demonstra o grau de concentração de renda nas unidades federativas. Os limites inferior e superior da amostra são respectivamente, os índices 0,4117 e 0,5932, ou seja, dentre os estados brasileiros, o que possui menor grau de concentração de renda, possui índice igual a 0,4117 e o que possui o maior grau de concentração de renda possui índice de distribuição igual a 0,5932. O índice médio do grau de concentração de renda corresponde a 0,5168. A variação dos índices da amostra com relação à média (coeficiente de variação) é de 0,081%, demonstrando que a amostra possui baixa dispersão (menor que 15%). E a mediana é 0,5264, logo, o índice que demonstra a concentração de renda de metade da amostra é menor ou igual a 0,5264 e metade da amostra possui índice com valor maior que 0,5265.

A variável participação demonstra o comparecimento, nas eleições, da população apta a votar. A unidade federativa que teve menor participação nas eleições teve o comparecimento de 71,92% dos eleitores aptos, e a que teve maior participação nas eleições teve o comparecimento de 88,25%. A média de participação pública nas eleições corresponde a 0,8073 (80,73%) dos eleitores. A variação das observações com relação à média é de 0,044%, demonstrando a baixa alteração da participação com relação à média. O valor da mediana é 81% de comparecimento, logo, metade da amostra tem participação menor ou igual a 81% de comparecimento e metade da amostra tem participação maior que 81% de comparecimento dos eleitores nas eleições.

A nota de governança demonstra a ponderação das notas de equidade, participação e transparência. A unidade federativa com menor nota de governança na amostra foi o estado de Mato Grosso que teve nota igual a 0,4015 em 2019, e a unidade federativa com maior nota foi o Amazonas em 2017 com nota igual a 0,5203.

A média da nota de governança corresponde a 0,4649 e o desvio-padrão é de 0,0592%, demonstrando baixa alterações nas notas. O valor da mediana é 0,4678, logo, metade da amostra tem nota de governança menor ou igual a 0,4678% e metade da amostra tem nota de governança maior que 0,4679%. A variável nível de governança demonstra que 90,48% da amostra possui nível de governança muito baixo.

Essa sessão foi dividida em duas sessões. A primeira consiste na análise principal desse estudo e relaciona as variáveis independentes com a Classificação CAPAG como um todo. Já a segunda sessão traz uma análise auxiliar, relacionando cada um dos indicadores que compõem a Classificação CAPAG com as variáveis independentes.

4.1 CLASSIFICAÇÃO CAPAG

Para verificar o nível de correlação entre as variáveis segue Tabela 4 com as matrizes de correlação.

Através da matriz de correlação observa-se que, a um nível de significância de 1%, existem correlações positivas (ou seja, aumentos da variável analisada resultam em aumentos na variável relacionada) entre: (1) nota de governança e transparência (correlação moderada); (2) participação e nota de governança (correlação moderada); (3) equidade e nota de governança (correlação moderada); (4) equidade e participação (correlação leve); (5) região nordeste versus nota de governança (correlação moderada) e versus participação e equidade (correlação leve).

TABELA 4: MATRIZ DE CORRELAÇÃO

	CAPAG	Transparência	Alinhamento	Nota governança	Participação	Equidade	Região Centro-Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sul
Classificação CAPAG	1									
Transparência	-0,4618***	1								
Alinhamento	0,1308	-0,1449	1							
Nota governança	-0,4034***	0,6456***	-0,3754***	1						
Participação	-0,1891	0,1237	-0,2021**	0,6618***	1					
Equidade	-0,1263	0,0714	-0,4028***	0,6888***	0,3096***	1				
Região Centro-Oeste	0,1443	0,042	0,2380**	-0,1957**	-0,2071**	-0,2510***	1			
Região Nordeste	-0,0916	0,1156	-0,5980***	0,4311***	0,3912***	0,3830***	-0,3063***	1		
Região Norte	-0,3037***	0,0464	0,2135**	0,1091	0,0161	0,1482	-0,2495**	-0,4250***	1	
Região Sul	0,2482**	-0,0956	0,2322**	-0,2826***	0,0591	-0,4956***	-0,1523	-0,2595***	-0,2113**	1

Fonte: Elaboração própria

Nota: Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

Ainda considerando a probabilidade de confiança de 99%, a base de dados apresenta correlações negativas (ou seja, aumentos da variável analisada resultam em diminuições na variável relacionada) entre: (1) transparência e CAPAG (correlação moderada); (2) nota de governança e CAPAG (correlação moderada); (3) nota de governança e alinhamento (correlação leve); (4) equidade versus alinhamento (correlação moderada); (5) região centro-oeste e equidade (correlação leve); (6) região nordeste versus alinhamento (correlação moderada) e região centro-oeste (correlação leve); (7) região norte e região nordeste (correlação leve) e (8) região sul versus nota de governança (correlação leve), equidade (correlação moderada) e região nordeste (correlação leve).

Já a um nível de significância de 5%, é possível supor relação no mesmo sentido entre: (1) região centro-oeste e alinhamento; (2) região norte e alinhamento e (3) região sul com CAPAG e alinhamento. A correlação negativa, estatisticamente relevante a um nível de 5%, aconteceu entre: (1) participação e alinhamento; (2) região centro-oeste versus nota de governança e participação; (3) região norte e centro-oeste e (4) região sul versus região norte. Todas as correlações desse nível, positivas e negativas, são leves. Ao considerar um nível de significância de 10%, não foi percebida nenhuma correlação entre as variáveis. Percebe-se algumas correlações entre regiões, no entanto, como essas variáveis medem o mesmo fator, no caso a região, pode ser algum caso de multicolinearidade.

A associação entre variáveis qualitativas é melhor observada através da estatística qui-quadrado, apresentada na Tabela 5:

TABELA 5: ESTATÍSTICA QUI-QUADRADO ASSOCIAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS

Variáveis	CAPAG	Nível GP	TR	AP	Regiões
CAPAG	-	0,416	0,00	0,415	0,000
NívelGP		-	0,031	0,042	0,33
TR			-	0,138	0,296
AP				-	0,000
Regiões					-

Fonte: Elaboração própria com base em saídas do Stata

Nota: valores correspondem a p-valor da estatística qui-quadrado. P-valor $\leq$ nível de significância $\rightarrow$ tem associação

Ao analisar os p-valores da estatística qui-quadrado percebe-se associação entre a variável CAPAG com a variável transparência e com as regiões, considerando um nível de significância de 1%. O nível de governança possui associação com a variável transparência e com o alinhamento político, considerando um nível de significância de 5%. Já o alinhamento político possui associação com as regiões brasileiras, considerando um nível de significância de 1%.

Por essa estatística não se percebe associação entre o nível de governança e a capacidade de pagamento das unidades federativas brasileiras. No entanto, como as duas são variáveis qualitativas ordinais, é mais recomendado a utilização do coeficiente de Spearman para demonstrar a associação entre as duas variáveis. Dessa forma, ao avaliar o coeficiente de Spearman das duas variáveis em questão, tem-se o resultado de 0,089, demonstrando que existe associação positiva entre as duas variáveis, porém de baixa intensidade.

Com objetivo de analisar os dados em painel, foram realizados vários modelos de estimação considerando modelos longitudinais, tais como: estimação por efeitos fixos, efeitos aleatórios, PA logit com erros-padrão robustos e pooled logit com erros-padrão robustos agrupados por entes federados. Para essas análises, a variável CAPAG foi transformada em *dummy*, recebendo valor 1 (apto a receber garantias da União) quando a classificação original era A ou B e valor 0 (inapto a receber garantias

da União) quando a classificação original era C ou D. Os resultados alcançados não foram significativos e com muitas não convergências nas interações.

Dessa forma, a classificação CAPAG original foi retomada e novos testes foram realizados através de estimações multinomiais. No entanto, ao considerar o painel, os modelos apresentavam não convergências nas interações. Logo, a base passou a ser trabalhada como uma grande cross-section, excluindo-se as análises próprias para dados em painel. As Tabelas 6 e 7 demonstram os resultados alcançados no estudo. A Tabela 6 demonstra os valores dos betas das variáveis nos modelos. Já a Tabela 7 demonstra os valores das chances de ocorrência para cada modelo.

TABELA 6: RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES DOS MODELOS

Classificação Capag	Variáveis	Modelo 1	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 2
B	Constante	-1,460737	-1,374516	-8,475181	-5,99053
	EQ	15,53652	70,22238**		
	TR	-17,54074	-17,11675		
	PT	15,87751	-23,20195		
	GP			22,28714	12,98337
	AP		0,1952093		0,025116
	R. Centro Oeste		-71,34621		1,626154
	R. Nordeste		23,2525		19,61517
	R. Norte		3,816209*		2,078533**
	R. Sul		28,35104		20,42538
C	Constante	4,519406	-23,11076	-1,229665	-20,0967
	EQ	4,214274	59,85579*		
	TR	-17,72696	-17,44035		
	PT	16,08776	-24,07111		
	GP			7,12951	-0,63587
	AP		0,9388605		0,766932
	R. Centro Oeste		69,09773		40,71769
	R. Nordeste		51,63854		40,3644
	R. Norte		30,41577		21,00934
	R. Sul		54,97076		39,94772
D	Constante	25,47458	4110,179	28,29857**	75,76222**
	EQ	1,727812	-1156,501		
	TR	-35,8399	-529,2694		
	PT	-8,94823	-4511,186		
	GP			-62,84362**	-172,9513**
	AP		58,72547		1,207999
	R. Centro Oeste		-313,7456		-3,85242

Classificação Capag	Variáveis	Modelo 1	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 2
	R. Nordeste		136,9256		5,054096
	R. Norte		-323,4151		-20,2239
	R. Sul		256,3876		18,77945
Estimador		mlogit	mlogit	mlogit	mlogit
Observações		105	105	105	105
P-valor		0,000	0,000	0,00	0,0000
Pseudo-R2		0,1901	0,564	0,1159	0,4535
LR-chi2		44,47	131,92	27,1	106,07
Observações sem convergência		0	430	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância.

TABELA 7: ESTIMAÇÕES DOS MODELOS - CHANCES

Classificação Capag	Variáveis	Modelo 1	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 2
B	Constante	0,232065	0,252962	0,0002086	0,0025023
	EQ	5590194	3,14E+30**		
	TR	2,41E-08	3,68E-08		
	PT	7861679	8,39E-11		
	GP			4,78E+09	435118,4
	AP		1,22E+00		1,025434
	R. Centro Oeste		1,03E-31		5,084285
	R. Nordeste		1,25E+10		3,30E+08
	R. Norte		45.43166*		7.992736**
	R. Sul		2,05E+12		7,42E+08
C	Constante	91,78106	9,19E-11	0,2923905	1,87E-09
	EQ	67,64501	9.89E+25*		
	TR	2,00E-08	2,67E-08		
	PT	9701174	3,52E-11		
	GP			1215,549	0,5294767
	AP		2,557066		2,153151
	R. Centro Oeste		1,02E+30		4,82E+17
	R. Nordeste		2,67E+22		3,39E+17
	R. Norte		1,62E+13		1,33E+09
	R. Sul		7,47E+23		2,23E+17
D	Constante	1,16E+11	-	1.95e+12**	8.00e+32**
	EQ	5,628326	0,00E+00		
	TR	2,72E-16	1,42E-230		
	PT	0,00013	0,00E+00		
	GP			5.10e-28**	7.73e-76**
	AP		3,19E+25		3,346781
	R. Centro Oeste		5,50E-137		0,0212284
	R. Nordeste		2,92E+59		156,6628
	R. Norte		3,50E-141		1,65E-09
	R. Sul		2,20E+111		1,43E+08

Classificação Capag	Variáveis	Modelo 1	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 2
Estimador		mlogit	mlogit	mlogit	mlogit
Observações		105	105	105	105
P-valor		0,000	0,000	0,00	0,0000
Pseudo-R2		0,1901	0,564	0,1159	0,4535
LR-chi2		44,47	131,92	27,1	106,07
Observações sem convergência		0	430	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância.

A estimação através da regressão logística multinomial avalia a probabilidade de ocorrência de variáveis dependentes com múltiplas alternativas de respostas. Para tal, é necessário a escolha de uma alternativa como referência. Esse estudo escolheu a ocorrência da nota A para a capacidade de pagamento, visto que essa é a maior nota possível. Foram estimados dois modelos de regressão para análise do banco de dados; cada um deles rodados duas vezes: (1) sem considerar as variáveis de controle e (2) considerando as variáveis de controle.

O modelo 1, estima a capacidade de pagamento com as variáveis (1) transparência, (2) equidade e (3) participação. As duas versões do modelo 1, apresentaram significância ao nível de 1%. No entanto, no modelo 1 desconsiderando as variáveis de controle nenhuma variável explicativa apresentou relação significativa com a variável dependente CAPAG. Já a estimação com as variáveis de controle apresentou significância na relação entre duas variáveis independentes (equidade e região norte) com a variável CAPAG.

Considerando um nível de significância de 5%, a ocorrência da nota B com relação a ocorrência da nota A, possui $3.14e+30$ mais de chance para cada acréscimo de uma unidade da equidade. Ainda considerando a relação entre a nota A e B, mas agora ao nível de significância de 10%, estados localizados na região norte possuem

chances 45.43166 maiores de obter nota B do que nota A para a classificação CAPAG. Essa estatística está de acordo com a distribuição de frequência das notas entre as regiões, pois a região norte apresentou 18 notas B e somente 2 notas A para a classificação do CAPAG.

Ao considerar a relação existente entre a nota A e C, somente a equidade apresentou relação com a variável dependente CAPAG, ao considerar nível de significância de 10%. Percebe-se que a chance de ocorrência da nota C é maior em $9.89e+25$ quando há aumento de uma unidade de equidade.

Dessa forma, o modelo 1 demonstrou que o aumento da equidade social tem relação negativa com a melhora da capacidade de pagamento dos estados brasileiros, rejeitando assim a segunda hipótese desse trabalho. Essa relação negativa é provavelmente ocasionada pelo aumento de gastos decorrentes de políticas públicas que objetivem o desenvolvimento social e bem-estar de classes menos favorecidas. Esse achado contraria Abreu et al. (2017) e Santos et al. (2018) que relacionam, de forma geral, gestão fiscal equilibrada ao desenvolvimento humano e social. No entanto, corrobora com os achados de Santos et al. (2018), que não conseguiram comprovar, na realidade brasileira, essa relação positiva entre gestão fiscal e desenvolvimento humano e social.

Estar localizado na região norte também possui relação negativa com a variável dependente CAPAG. Corroborando com os autores Abreu et al. (2017) que afirmam que as idiosincrasias regionais podem afetar o comportamento da gestão pública. Um dos motivos para essa menor capacidade de solvência dos estados da região norte pode ser os maiores índices de corrupção nessa região, conforme sinaliza Rodrigues et al., 2020. No entanto, esse resultado contraria Baldissera e Araújo (2021)

que supõem maior endividamento e menor capacidade de pagamento para as regiões mais desenvolvidas e populosas, fruto de maiores exigências e demandas sociais.

Os resultados alcançados através do modelo 1 não permitem estabelecer relação entre a capacidade de pagamento com as seguintes variáveis: (1) transparência, (2) participação eleitoral, (3) alinhamento político e (4) regiões brasileiras, excetuando a região norte.

O modelo 2, estima a capacidade de pagamento com a variável nota de governança pública. As duas versões do modelo 2 (com e sem variáveis de controle) apresentaram significância ao nível de 1%. As duas versões também apresentaram significância na relação entre a variável independente nota de governança pública com a variável dependente CAPAG, considerando um nível de significância de 5%. Como o pseudo R^2 de McFadden é maior para o modelo com as variáveis de controle, esse foi o modelo escolhido entre as duas versões. Dessa forma, considerando um nível de significância de 5%, novamente demonstrou-se que estar localizado na região norte possui relação negativa com a variável dependente CAPAG, aumentando a chance de obter nota B do que nota A para a classificação CAPAG em 45.43166.

Ainda considerando um nível de significância de 5%, a ocorrência da nota D com relação a ocorrência da nota A, possui $7.73e-76$ mais de chance para cada decréscimo de uma unidade na nota de governança pública. Logo percebe-se relação positiva entre o índice de governança e a capacidade de solvência dos governos estaduais, confirmando a primeira hipótese desse estudo e corroborando com Abreu et al. (2017); Baldissera e Araújo (2021); Joy e Panda (2020) e Santos et al. (2018), ao afirmarem que a boa governança favorece a gestão fiscal equilibrada, evitando o endividamento público e melhorando a solvência pública.

De forma direta, não é possível confirmar as hipóteses de número 3 e 4 dessa pesquisa, que supõe relação positiva entre a solvência pública e a participação eleitoral e a transparência pública, respectivamente. No entanto, ao considerar que a nota de governança foi obtida através da ponderação dos três princípios: (1) equidade, (2) participação eleitoral e (3) transparência pública, é possível supor que há relação positiva entre os referidos princípios e a solvência pública. No entanto, o modelo 1, demonstra que a relação entre equidade social e solvência pública, para a realidade brasileira, é negativa.

4.2 INDICADORES CLASSIFICAÇÃO CAPAG

Para aprofundar o estudo sobre a capacidade de pagamento dos estados, esse estudo realizou a análise dos três indicadores do CAPAG de forma individualizada. Nessas análises, os indicadores tornaram-se a variável dependente a ser explicada pelas variáveis independentes. Para manter o padrão da análise anterior, cada um dos indicadores, foi relacionado inicialmente com as três variáveis (equidade, transparência e participação) e posteriormente somente com a nota de governança. Para cada uma dessas relações foram gerados modelos longitudinais de regressão para dados em painel curto com e sem as variáveis de controle.

Antes de apresentar os resultados das referidas regressões, exibe-se as estatísticas descritivas desses indicadores na Tabela 8:

TABELA 8: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS INDICADORES CAPAG

Variável	Obs.	Média	D. Padrão	Mínimo	1ºquartil	Mediana	3ºquartil	Máximo
Endividamento	105	0,856636	0,705776	0,1891	0,510044	0,6564	0,9025	2,8846
Poupança Corrente	105	0,945594	0,050707	0,8212	0,918118	0,9464	0,97	1,0867
Índice de Liquidez	105	1,788031	4,524181	-27,7657	0,34	0,6612	1,5127	65,988

Fonte: Elaboração própria

Os três indicadores da CAPAG são: (1) endividamento; (2) poupança corrente e (3) índice de liquidez. O indicador endividamento é alcançado pela divisão entre a dívida consolidada e a receita corrente líquida. A unidade federativa com menor indicador de endividamento foi o Pará, que obteve em 2017, o valor 0,1891 como indicador. A que teve maior indicador de endividamento foi o Rio de Janeiro, que obteve em 2018, o valor 2,8846 como indicador. A média do indicador endividamento durante os quatro anos corresponde à 0,8566. A variação das observações com relação à média é de 0,705776, demonstrando grande alteração do endividamento com relação à média. O valor da mediana corresponde a 0,6564, logo, metade da amostra tem indicador de endividamento menor ou igual a 0,6564 e metade da amostra tem endividamento maior que 0,6564, demonstrando o elevado índice de endividamento de alguns entes federados brasileiros.

O indicador poupança corrente corresponde a razão entre média ponderada da despesa corrente e a receita corrente ajustada. Quanto menor o indicador maior a capacidade de gerar poupança suficiente para absorver eventual crescimento das despesas correntes. A unidade federativa com menor indicador de poupança corrente foi o Amapá, que obteve em 2017, o valor 0,8212 como indicador. Já a que teve maior indicador de poupança corrente foi o Rio de Janeiro, que obteve em 2018, o valor 1,0867 como indicador.

A média desse indicador durante os quatro anos corresponde a 0,9455. A variação das observações com relação à média é de 0,050, demonstrando baixa alteração do indicador da poupança corrente com relação à média. O valor da mediana corresponde a 0,9464, logo, metade da amostra tem indicador de poupança corrente maior que 0,9464, sendo que o menor indicador obtido pelos entes durante o período

da pesquisa foi 0,8212, demonstrando assim, baixa capacidade dos entes federados de poupar recursos capazes de suprir eventual aumento das despesas correntes.

Já o indicador índice de liquidez demonstra as obrigações financeiras em função da disponibilidade de caixa. A unidade federativa com menor indicador de poupança corrente foi o Rio de Janeiro, que obteve em 2017, o valor -27,765 como indicador, demonstrando que o estado não possui recursos para custear suas obrigações financeiras de curto prazo, confirmando a preocupante situação do estado. O ente federado que teve maior indicador de índice de liquidez foi Minas Gerais, que obteve em 2020, o valor de 65,988 como indicador. A média do indicador endividamento durante os quatro anos corresponde a 1,7880. A variação das observações com relação à média é de 4,5241, demonstrando alta alteração do indicador de liquidez dos entes federados. O valor da mediana corresponde a 0,6612, logo, metade da amostra tem indicador de liquidez menor ou igual a 0,6612.

O nível de correlação entre as variáveis é apresentado na Tabela 9:

TABELA 9: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS INDICADORES DO CAPAG

	Endividamento	Poupança Corrente	Índice de Liquidez
Endividamento	1		
Poupança Corrente	0,5434***	1	
Índice de Liquidez	0,1274	0,1972**	1
Transparência	-0,3959***	-0,3517***	-0,0808
Alinhamento Político	0,1723*	0,1098	0,0873
Nota governança	-0,4571***	-0,3385***	-0,0954
Participação	-0,4031***	-0,1441	-0,0228
Equidade	-0,1214	-0,1569	-0,0789
Região Centro-Oeste	-0,1286	0,2600***	-0,0136
Região Nordeste	-0,2419***	-0,0355	-0,0496
Região Norte	-0,2935***	-0,4834***	-0,044
Região Sul	0,2555***	0,2108**	-0,0086

Fonte: Elaboração própria

Nota: Correlações marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

Para analisar a correlação existente entre os indicadores do CAPAG e as diferentes variáveis, apresenta-se a segunda matriz de correlação desse trabalho. Observa-se que, a um nível de significância de 1%, existem correlações positivas entre: (1) endividamento versus poupança corrente (correlação moderada) e região sul (correlação fraca) e (2) poupança corrente versus região centro-oeste (correlação fraca). Já as correlações negativas, a um nível de significância de 1%, são: (1) endividamento versus transparência, participação, região nordeste e região norte (somente a correlação com a variável participação foi moderada, as demais todas foram fracas); (2) poupança corrente versus índice de liquidez, nota de governança (correlações fracas) e região norte (correlação moderada).

Considerando um nível de significância de 5%, há somente relações no mesmo sentido e todas de baixa intensidade; as referidas relações acontecem entre a variável poupança corrente versus o índice de liquidez e a região sul. Já a um nível de significância de 10%, é possível supor relação somente entre o indicador do endividamento e o alinhamento político, essa relação é positiva e de baixa intensidade. Concluídas as análises iniciais, esse estudo passou para as regressões objetivando perceber se as variáveis independentes influenciam a variável dependente.

Nessa parte da pesquisa, devido a variável dependente ser quantitativa e possível a interpretação dos dados em painel, o estudo utilizou os modelos longitudinais de regressão para dados em painel curto, a saber: (1) estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo; (2) estimação *between*; (3) estimação por efeitos fixos; (4) estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo; (5) estimação por efeitos aleatórios; (6) estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com

agrupamento por ente federativo. Os testes *Lagrange multiplier* de Breusch-Pagan, F de Chow e de Hausman foram utilizados para perceber qual modelo melhor analisaria cada um dos três indicadores. As seções abaixo demonstram os resultados alcançados para cada indicador. As estimações acima descritas foram definidas como modelo 3 a modelo 8, seguindo a ordem de sua apresentação.

4.2.1 Indicador Endividamento

4.2.1.1 Indicador Endividamento e Variáveis Participação, Equidade e Transparência sem Variáveis de Controle

Os testes acima mencionados indicaram que o modelo que melhor descreve a relação entre o indicador endividamento e as variáveis dependentes, desconsiderando as variáveis de controle, seria a modelagem por efeitos aleatórios. No entanto, tanto a modelagem por efeitos fixos, quanto por efeitos aleatórios foram estatisticamente insignificantes. Somente o modelo *between* e POLS tiveram significância estatística, e, dentre os dois modelos, o modelo POLS possui menores erros padrão. Dessa forma, o modelo matemático escolhido para essa análise foi:

$$\begin{aligned} \text{Endividamento} &= \alpha_1 + \beta_1 \times TRANSPARENCIA_{it} + \beta_2 \times PARTICIPAÇÃO_{it} \\ &+ \beta_3 \times EQUIDADE_{it} + \mu_{it} \end{aligned}$$

A Tabela 10 demonstra os resultados obtidos na análise do indicador endividamento com as variáveis transparência, participação e equidade sem as variáveis de controle:

TABELA 10: REGRESSÕES ENDIVIDAMENTO VERSUS EQUIDADE, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	6,033329**	8,7306805***	0,26566093	0,26566093	0,42669558	0,42669558
	Erro	2,2240072	2,7027477	0,30529131	0,33630072	0,3474738	0,38764224
Equidade	Coeficiente	0,2371364	1,1631875	0,35782239	0,35782239	0,28512517	0,28512517
	Erro	2,0918181	2,5228181	0,41459376	0,47332572	0,45087227	0,49943257
Participação	Coeficiente	-6,158435*	-9,7511878	0,50407946	0,50407946	0,38367894	0,38367894
	Erro	3,1592495	3,6365333	0,32383343	0,47106048	0,35576838	0,51057501
Transparência	Coeficiente	-0,4643147*	-0,84486605***	-0,00129113	-0,00129113	-0,00955465	-0,00955465
	Erro	0,2382719	0,2817825	0,02231820	0,01573190	0,02453532	0,01688772
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,0886	0,0008	0.2822	0.3561	0.5421	0.5556
Pseudo-R2		0,2844	0,50790081	0,04927617	0,04927617	-	-
R2 - Overall		-	0,28191942	0,10917584	0,10917584	0,6390664	0,6390664
R2 - Between		-	0,50790081	0,18973236	0,18973236	0,12017096	0,12017096
R2 - Within		-	0,01075714	0,04927617	0,04927617	0,04646946	0,04646946
Sigma_u		-	-	0,63464047	0,63464047	0,46396794	0,46396794
Sigma_e		-	-	0,07297474	0,07297474	0,07297474	0,07297474
rho		-	-	0,98695077	0,98695077	0,97585895	0,97585895
theta		-	-	-	-	0.9216	0.9216

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

O modelo 3 é estatisticamente significativo considerando um nível de confiança de 10% e consegue explicar 28,44% do comportamento do endividamento dos entes federativos (coeficiente de ajuste R-squared). As variáveis participação e transparência são estatisticamente relevantes (a um nível de significância de 10%) e interferem no comportamento do endividamento da seguinte forma: (1) o aumento da participação, reduz o endividamento e (2) estados que atendem a LRF (variável transparência) possuem indicador de endividamento menor que os entes federados que não atendem a LRF.

Essa relação inversa entre transparência e indicador de endividamento pode ser reflexo do receio (1) da comparabilidade do desempenho dos gestores e (2) da responsabilização do gestor de estados com maiores níveis de endividamento, visto que a transparência é um grande instrumento de responsabilização do gestor conforme preconizado em Baldissera et al. (2020); Fonseca et al. (2020); Kazho & Atan (2022).

Os achados referentes a participação corroboram com Abreu et al., 2017; Baldissera et al., 2020 e Lima-Silva et al., 2020 que afirmam que a participação favorece maior estratégia e eficiência nas ações governamentais e na gestão orçamentária e fiscal. O resultado em sentido contrário entre as duas variáveis, também pode estar relacionado com a melhora do desempenho dos gestores visto que a participação possibilita maior eficiência no atendimento das necessidades da sociedade, conforme demonstrado por Lima-Silva et al. (2020) e Vabø et al. (2022). Vale ressaltar que, conforme preconizado em Silva et al. (2021), a participação da população brasileira ainda é fraca, o que pode influenciar os altos níveis de endividamento dos estados brasileiros.

4.2.1.2 Indicador Endividamento e Variáveis Participação, Equidade e Transparência com Variáveis de Controle

Considerando as variáveis de controle, foram estatisticamente insignificantes somente os modelos estimados por efeitos fixos. Pelas análises dos testes de verificação e dos erros padrão, conclui-se que o melhor modelo para este conglomerado de variáveis é a regressão por efeitos aleatórios. Dessa forma, o modelo matemático escolhido para essa análise foi:

$$\begin{aligned}
 \text{Endividamento}_{it} &= \alpha_1 + \beta_1 \times \text{TRANSPARENCIA}_{it} + \beta_2 \times \text{PARTICIPAÇÃO}_{it} \\
 &+ \beta_3 \times \text{EQUIDADE}_{it} + \beta_4 \times \text{ALINHAMENTO POLITICO}_{it} \\
 &+ \beta_5 \times \text{REGIÃO CENTRO-OESTE}_{it} + \beta_6 \times \text{REGIÃO NORDESTE}_{it} \\
 &+ \beta_7 \times \text{REGIÃO NORTE}_{it} + \beta_8 \times \text{REGIÃO SUL}_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

A Tabela de número 11 demonstra os resultados obtidos na análise do indicador endividamento com as variáveis transparência, participação e equidade, considerando as variáveis de controle.

TABELA 11: REGRESSÕES ENDIVIDAMENTO VERSUS EQUIDADE, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, ALINHAMENTO POLÍTICO E REGIÕES

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	3,8572936***	7,0472446**	0,26698084	0,26698084	1,3100805***	1,3100805**
	Erro	0,92960113	3,0454749	0,30790714	0,34345155	0,37010213	0,58948791
Equidade	Coeficiente	2,6872676	4,3521488	0,36182719	0,36182719	0,4058819	0,4058819
	Erro	1,649991	2,8454513	0,4212234	0,44538481	0,44040660	0,47370204
Participação	Coeficiente	-4,3721341**	-9,3558486**	0,49854645	0,49854645	0,40267877	0,40267877
	Erro	1,8047351	4,0043548	0,33532615	0,47255092	0,35334407	0,49172431
Transparência	Coeficiente	-0,31845928*	-0,60167855**	-0,00122761	-0,00122761	-0,00795470	-0,00795470
	Erro	0,17005488	0,23974844	0,22485810	0,15992520	0,02368003	0,01706660
Alinhamento Político	Coeficiente	0,10773946	0,0371427	0,00172129	0,00172129	0,00472661	0,00472661
	Erro	0,11016883	0,32281193	0,02442746	0,27762360	0,02575804	0,02869948
Região Centro-Oeste	Coeficiente	-0,90633948**	-0,70394827**	omitido	omitido	-1,151884***	-1,151884***
	Erro	0,41015645	0,2977933	omitido	omitido	0,2821839	0,4385505
Região Nordeste	Coeficiente	-0,81017671*	-0,5440608	omitido	omitido	-1,2014239***	-1,2014239***
	Erro	0,45398767	0,3276193	omitido	omitido	0,24121393	0,43915827
Região Norte	Coeficiente	-1,0319431**	-0,79568893**	omitido	omitido	-1,2880297***	-1,2880297***
	Erro	0,38684533	0,3868453	omitido	omitido	0,25038784	0,42878940
Região Sul	Coeficiente	-0,16203704	-0,1620370	omitido	omitido	-0,5386896*	-0,53868896
	Erro	0,54115441	0,5411544	omitido	omitido	0,30587596	0,56365322
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,0022	0,0004	0,4346	0,413	0,000	0,0005
Pseudo-R2		0,61442404	0,74799879	0,04933996	0,04933996	-	-
R2 - Overall		-	0,55528939	0,10705423	0,10705423	0,49636623	0,49636623
R2 - Between		-	0,74799879	0,18830525	0,18830525	0,53366962	0,53366962
R2 - Within		-	0,00946585	0,04933996	0,04933996	0,04722269	0,04722269
Sigma_u		-	-	0,63441594	0,63441594	0,37464145	0,37464145
Sigma_e		-	-	0,07346369	0,07346369	0,07346369	0,07346369
rho		-	-	0,98676839	0,98676839	0,96297223	0,96297223
theta		-	-	-	-	0,9024	0,9024

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

O modelo 7 (por efeitos aleatórios) consegue explicar 49,64% do comportamento do endividamento dos entes federativos (coeficiente de ajuste R-squared Overall). Percebe-se que o R-squared within é menor que o R-squared between, isso ocorre devido ao fato das variáveis apresentarem maior variância between. Considerando um nível de confiança de 1%, o modelo é estatisticamente significativo para descrever o comportamento do indicador de endividamento. No entanto, somente as variáveis referentes às regiões são estatisticamente significantes (a um nível de significância de 1%). Percebe-se que (a) o desvio-padrão do erro idiossincrático é relativamente baixo (erro-padrão igual a 0,073), (b) a heterogeneidade (alteração entre os entes da amostra) é baixa (desvio-padrão do efeito individual igual a 0,37) e (c) 96,29% da variância existente nos dados é ocasionada pela diferença entre painéis (correlação intraclasse igual a 0,9629).

Esse achado sinaliza que as demais variáveis, analisadas sozinhas, não possuem influência no indicador de endividamento dos estados; sendo pertinente, no caso, somente as alterações regionais. Os achados sugerem que todas as regiões possuem indicadores de endividamento inferiores quando comparados com a região sudeste (região escolhida como referência), corroborando com Abreu et al. (2017) que afirma que as peculiaridades regionais podem afetar o comportamento da gestão pública e com Baldissera e Araújo (2021) que alertam que regiões mais populosas e mais desenvolvidas possuem maiores despesas e por isso são mais endividadas.

4.2.1.3 Indicador Endividamento e Variável Nota de Governança sem Variáveis de Controle

Nessa parte do estudo foram estatisticamente significantes somente o modelo *between* e POLS, apesar dos testes de verificação indicarem que a modelagem por

efeitos aleatórios seria melhor. Comparando os dois modelos significantes, o modelo POLS possui menores erros padrão. Dessa forma, o modelo matemático escolhido para essa análise foi:

$$\text{Endividamento} = \alpha_1 + \beta_1 \times \text{NOTA DE GOVERNANÇA PÚBLICA}_{it} + \mu_{it}$$

A Tabela de número 12 demonstra os resultados obtidos na análise do indicador endividamento com a variável nota de governança pública.

O modelo 3 consegue explicar 15,68% do comportamento do endividamento dos entes federativos (coeficiente de ajuste R-squared). É estatisticamente significativa considerando um nível de confiança de 10%. Mesma relevância apresentada para a variável nota de governança, sinalizando que o aumento da nota de governança tende a diminuir o endividamento. Esse resultado também corrobora com Abreu et al. (2017); Teixeira & Gomes, (2019) e Baldissera & Araújo (2021) ao afirmarem que a governança pública volta a administração pública para atendimento de aspectos fiscais, aprimorando a capacidade de gestão e minimizando o endividamento.

TABELA 12: REGRESSÕES ENDIVIDAMENTO VERSUS NOTA DE GOVERNANÇA

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coefficiente	1,2247147*	1,6248558***	0,85982648***	0,85982648***	0,88433731***	0,88433731***
	Erro	0,2783143	0,2272285	0,17432170	0,01193908	0,10584427	0,12423870
Nota de governança	Coefficiente	-5,2227369***	-10,767945***	-0,04526893	-0,04526893	-0,10750681	-0,10750681
	Erro	2,7783111	2,9460368	0,22522287	0,16940582	0,23744681	0,17459326
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,0714	0,0012	0,8412	0,7914	0,6507	0,5381
Pseudo-R2		0,15676176	0,34827052	0,00052439	0,00052439	-	-
R2 - Overall		-	0,15676176	0,15676176	0,15676176	0,15676176	0,15676176
R2 - Between		-	0,34827052	0,34827052	0,34827052	0,34827052	0,34827052
R2 - Within		-	0,00052439	0,00052439	0,00052439	0,00052439	0,00052439
Sigma_u		-	-	0,62317232	0,62317232	0,51240582	0,51240582
Sigma_e		-	-	0,7384426	0,7384426	0,07384426	0,07384426
rho		-	-	0,98615282	0,98615282	0,97965404	0,97965404
theta		-	-	-	-	0,9281	0,9281

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

4.2.1.4 Indicador Endividamento e Variável Nota de Governança com Variáveis de Controle

Ao relacionar o endividamento com a variável nota de governança, considerando as variáveis de controle, os seguintes modelos 3, 4, 5 e 7 apresentaram resultados estatisticamente significativos: (1) POLS, (2) *between*, (3) efeitos aleatórios e (4) efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. No entanto o teste *lagrange multiplier* de Breusch-Pagan sugere que o modelo por efeitos aleatórios é o melhor nesse caso. Como os termos de erro-padrão dos parâmetros do modelo dos efeitos aleatórios sem o agrupamento dos erros-padrão por ente federativo são menores, esse foi o modelo escolhido para essa análise, sendo representado pelo seguinte modelo matemático.

$$\begin{aligned}
 \text{Endividamento}_{it} &= \alpha_1 + \beta_1 \times \text{NOTA DE GOVERNANÇA PÚBLICA}_{it} \\
 &+ \beta_2 \times \text{ALINHAMENTO POLÍTICO}_{it} + \beta_3 \times \text{REGIÃO CENTRO - OESTE}_{it} \\
 &+ \beta_4 \times \text{REGIÃO NORDESTE}_{it} + \beta_5 \times \text{REGIÃO NORTE}_{it} \\
 &+ \beta_6 \times \text{REGIÃO SUL}_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

A Tabela de número 13 demonstra os resultados obtidos na análise do indicador endividamento com a variável nota de governança pública e as variáveis de controle:

TABELA 13: REGRESSÕES ENDIVIDAMENTO VERSUS NOTA DE GOVERNANÇA, ALINHAMENTO POLÍTICO E REGIÕES

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	4,2029992***	6,1018028**	0,56319885**	0,56319885***	1,5976226***	1,5976226***
	Erro	1,16769650	2,3797068	0,23301296	0,17712513	0,31616028	0,49817347
Nota de governança	Coeficiente	-5,4701708*	-9,5882144*	0,62256202	0,62256202	0,50833267	0,50833267
	Erro	2,696347	5,0754838	0,5013147	0,37819641	0,50471344	0,38249785
Alinhamento Político	Coeficiente	0,04447695	-0,0458466	0,00067116	0,00671158	0,00805428	0,00805428
	Erro	0,10845918	0,37726906	0,02367632	0,02855349	0,02391820	0,02935799
Região Centro-Oeste	Coeficiente	-1,0940472**	-1,0515154***	Omitido	omitido	-1,1604588***	-1,1604588***
	Erro	0,44873323	0,3231980	Omitido	omitido	0,3165996	0,4411009
Região Nordeste	Coeficiente	-0,92415579	-0,82373481**	Omitido	omitido	-1,1886388***	-1,1886388***
	Erro	0,51398054	0,3480572	Omitido	omitido	0,27014256	0,44102686
Região Norte	Coeficiente	-1,1103926**	-0,99381046***	Omitido	omitido	-1,28317800	-1,283178***
	Erro	0,45916401	0,3136675	Omitido	omitido	0,28100786***	0,42988487
Região Sul	Coeficiente	-0,53407381	-0,5244601	Omitido	omitido	-0,54571409	-0,54571409
	Erro	0,54743927	0,3438269	Omitido	omitido	0,34191138	0,57329305
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,0046	0,002	0,4413	0,2712	0,0001	0,0006
Pseudo-R2		0,54496419	0,61425966	0,2129802	0,2129802	-	-
R2 - Overall		-	0,5240878	0,20135203	0,20135203	0,49083124	0,49083124
R2 - Between		-	0,61425966	0,35331331	0,35331331	0,528604	0,528604
R2 - Within		-	0,0209834	0,02129802	0,02129802	0,0210977	0,0210977
Sigma_u		-	-	0,63245022	0,63245022	0,44033086	0,44033086
Sigma_e		-	-	0,07355199	0,07355199	0,07355199	0,07355199
rho		-	-	0,98665552	0,98665552	0,97285568	0,97285568
theta		-	-	-	-	0,9168	0,9168

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

O modelo 7 consegue explicar 49,08% do comportamento do endividamento dos entes federativos (coeficiente de ajuste R-squared Overall), sendo o R-squared within menor que o R-squared between. Percebe-se que (a) o desvio-padrão do erro idiossincrático é relativamente baixo (erro-padrão igual a 0,073), (b) a heterogeneidade (alteração entre os entes da amostra) é baixa (desvio-padrão do efeito individual igual a 0,44) e (c) 97,28% da variância existente nos dados é ocasionada pela diferença entre painéis (correlação intraclasse igual a 0,9728).

Considerando um nível de confiança de 1%, o modelo é estatisticamente significativo para descrever o comportamento do indicador de endividamento. No entanto, as variáveis (a) nota de governança, (b) alinhamento político e (c) região sul não se mostraram estatisticamente significantes. Para as demais regiões, o estudo sugere que possuem indicadores de endividamento inferiores quando comparados com a região sudeste, semelhante ao achado na análise do indicador endividamento com as variáveis equidade, participação e transparência, considerando as variáveis de controle.

4.2.2. Indicador poupança corrente

4.2.2.1 Indicador Poupança Corrente e Variáveis Participação, Equidade e Transparência sem Variáveis de Controle

Nessa parte do estudo somente o modelo between mostrou-se estatisticamente significativo, sendo então escolhido nesse caso. O resultado dessa regressão (e das demais) é apresentado na Tabela de número 14 e seu modelo matemático é assim representado:

$$\begin{aligned}
Poupança\ Corrente_i &= \alpha + \beta_1 x \overline{TRANSPARENCIA}_i + \beta_2 x \overline{PARTICIPAÇÃO}_i \\
&+ \beta_3 x \overline{EQUIDADE}_i + \beta_4 x \overline{ALINHAMENTO\ POLÍTICO}_i \\
&+ \beta_5 x \overline{REGIÃO\ CENTRO - OESTE}_i + \beta_6 x \overline{REGIÃO\ NORDESTE}_i \\
&+ \beta_7 x \overline{REGIÃO\ NORTE}_i + \beta_8 x \overline{REGIÃO\ SUL}_i + (\alpha_i - \alpha + \bar{\varepsilon}_i)
\end{aligned}$$

Esse tipo de regressão considera apenas a variação existente entre os entes federativos. Como todas as variáveis utilizadas nesse modelo possuem variação between, todas foram estimadas. O modelo consegue explicar 39,74% do comportamento da poupança corrente dos entes federativos (R-squared between). Esse modelo é estatisticamente significativo considerando um nível de confiança de 1%.

A variável transparência é a única estatisticamente relevantes a um nível de confiança de 1% e interfere no comportamento do indicador da poupança corrente da seguinte forma: o aumento da transparência diminui o indicador da poupança corrente. Esse achado segue a linha de pensamento de Fonseca et al. (2020); Rodrigues et al. (2020); Waele et al., 2021; Ellis (2022) e Meyer et al. (2022) que afirmam que a transparência tende a reduzir gastos desnecessários e/ou ilegais pois o gestor deseja ser bem-visto pela sociedade, logo essa redução de gastos melhora a capacidade de poupar do estado.

TABELA 14: REGRESSÕES POUPANÇA CORRENTE VERSUS EQUIDADE, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	1,1090039***	1,1684742***	0,8690835***	0,8690835***	0,9428279***	0,9428279***
	Erro	0,1580854	0,22975600	0,08611580	0,07855503	0,08333094	0,07711735
Equidade	Coeficiente	-0,12632599	-0,1219386	-0,06842230	-0,06842230	-0,11841736	-0,11841736
	Erro	0,1494556	0,2144605	0,11694756	0,10715735	0,10794684	0,10113440
Participação	Coeficiente	-0,09092127	-0,1274166	0,13325404	0,13325404	0,08116877	0,08116877
	Erro	0,1742223	0,3091355	0,09134611	0,10419487	0,09259648	0,08710247
Transparência	Coeficiente	-0,03507719**	-0,08039674***	0,00608401	0,00608401	-0,00069273	-0,00069273
	Erro	0,01624603	0,0239539	0,00629546	0,00418896	0,00643012	0,00513976
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,1341	0,0078	0,3945	0,3402	0,6505	0,6356
Pseudo-R2		0,14528473	0,39736988	0,03872369	0,03872369	-	-
R2 - Overall		-	0,13984918	0,04511567	0,04511567	0,00939653	0,00939653
R2 - Between		-	0,39736988	0,15076132	0,15076132	0,0147432	0,0147432
R2 - Within		-	0,01311672	0,03872369	0,03872369	0,0173777	0,0173777
Sigma_u		-	-	0,04989916	0,04989916	0,03813839	0,03813839
Sigma_e		-	-	0,02058453	0,02058453	0,0258453	0,0258453
rho		-	-	0,85457314	0,85457314	0,77440666	0,77440666
theta		-	-	-	-	0,7395	0,7395

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

4.2.2.2 Indicador Poupança Corrente e Variáveis Participação, Equidade e Transparência com Variáveis de Controle

Na relação estudada neste item, os seguintes modelos apresentaram resultados estatisticamente significativos: (1) POLS, (2) *between*, (3) efeitos aleatórios e (4) efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. No entanto o teste *lagrange multiplier* de Breusch-Pagan sugere que o modelo por efeitos aleatórios é o melhor nesse caso. Como os termos de erro-padrão dos parâmetros do modelo dos efeitos aleatórios sem o agrupamento dos erros-padrão por ente federativo são menores, esse foi o modelo escolhido para essa análise, sendo representado pelo seguinte modelo matemático:

$$\begin{aligned}
 \text{Poupança Corrente}_{it} &= \alpha_1 + \beta_1 \times \text{TRANSPARENCIA}_{it} + \beta_2 \times \text{PARTICIPAÇÃO}_{it} \\
 &+ \beta_3 \times \text{EQUIDADE}_{it} + \beta_4 \times \text{ALINHAMENTO POLITICO}_{it} \\
 &+ \beta_5 \times \text{REGIÃO CENTRO - OESTE}_{it} + \beta_6 \times \text{REGIÃO NORDESTE}_{it} \\
 &+ \beta_7 \times \text{REGIÃO NORTE}_{it} + \beta_8 \times \text{REGIÃO SUL}_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

A Tabela de número 15 demonstra os resultados obtidos nessa análise.

TABELA 15: REGRESSÕES ENDIVIDAMENTO VERSUS EQUIDADE, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, ALINHAMENTO POLÍTICO E REGIÕES

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	0,96124876***	0,97042162***	0,86847509***	0,86847509***	0,9273763***	0,9273763***
	Erro	0,09142718	0,2734085	0,08684880	0,07778827	0,08445018	0,07982030
Equidade	Coeficiente	0,13459718	0,1880550	-0,07026830	-0,07026830	-0,03956537	-0,03956537
	Erro	0,166001	0,2554513	0,1188110	0,11065492	0,11325742	0,11717583
Participação	Coeficiente	-0,06637642	-0,0838968	0,13580447	0,13580447	0,09273504	0,09273504
	Erro	0,1654402	0,3594923	0,09458265	0,10360196	0,09638995	0,09926179
Transparência	Coeficiente	-0,0312849**	-0,07531388***	0,00605473	0,00654730	-0,00102229	-0,00102229
	Erro	0,01278519	0,02152350	0,00634239	0,00420046	0,00642992	0,00472967
Alinhamento Político	Coeficiente	0,00802189	0,0158134	-0,00079343	-0,00079343	0,00146703	0,00476703
	Erro	0,0119696	0,02898055	0,00689005	0,00763780	0,00706868	0,00808676
Região Centro-Oeste	Coeficiente	0,01629484	0,0208786	omitido	omitido	-0,00683955	-0,00683955
	Erro	0,03461488	0,0208786	omitido	omitido	0,0257069	0,0417986
Região Nordeste	Coeficiente	-0,01293418	-0,0037193	omitido	omitido	-0,03894313*	-0,0389431
	Erro	0,03702788	0,0294121	omitido	omitido	0,02289057	0,04159407
Região Norte	Coeficiente	-0,05526272	-0,05277441**	omitido	omitido	-0,07695311***	-0,07695311*
	Erro	0,03336695	0,0253395	omitido	omitido	0,02297562	0,04167383
Região Sul	Coeficiente	0,01552385	0,0146342	omitido	omitido	-0,01180127	-0,01180127
	Erro	0,04043524	0,0349388	omitido	omitido	0,02858775	0,04851301
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,001	0,0049	0,562	0,4845	0,020	0
Pseudo-R2		0,40558711	0,65581485	0,03889592	0,03889592	-	-
R2 - Overall		-	0,34545051	0,04637998	0,04637998	0,29950589	0,29950589

R2 - <i>Between</i>	-	0,65581485	0,15188365	0,15188365	0,37384401	0,37384401
R2 - <i>Within</i>	-	0,01203353	0,03889592	0,03889592	0,0192254	0,0192254
Sigma_u	-	-	0,04996634	0,04996634	0,03209336	0,03209336
Sigma_e	-	-	0,02072129	0,02072129	0,02072129	0,02072129
rho	-	-	0,85325672	0,85325672	0,70577984	0,70577984
theta	-	-	-	-	0,6928	0,6928

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

O modelo 7 consegue explicar 29,95% do comportamento do indicador da poupança corrente dos entes federativos (coeficiente de ajuste R-squared Overall). Percebe-se que: (a) o desvio-padrão do erro idiossincrático é baixo (erro-padrão igual a 0,020), (b) a heterogeneidade (alteração entre os entes da amostra) é baixa (desvio-padrão do efeito individual igual a 0,032) e (c) 70,57% da variância existente nos dados é ocasionada pela diferença entre painéis (correlação intraclasse igual a 0,7057).

Considerando um nível de confiança de 5%, o modelo é estatisticamente significativo. No entanto, somente algumas variáveis foram estatisticamente significantes, a saber: (1) região norte, considerando significância de 1%, e, (2) região nordeste considerando significância de 10%. Nesse caso, assim como nos demais até então apresentados, a percepção é que as referidas regiões possuem indicadores de poupança corrente inferiores à região sudeste, corroborando novamente com Abreu et al. (2017) e Baldissera e Araújo (2021).

4.2.2.3 Indicador Poupança Corrente e Variável Nota de Governança sem Variáveis de Controle

Ao analisar a variável dependente poupança corrente com a variável independente nota de governança, desconsiderando as variáveis de controle, somente o modelo *between* e POLS foram estatisticamente significantes. Comparando os dois modelos significantes, o modelo POLS possui menores erros padrão. Dessa forma, o modelo matemático escolhido para essa análise foi:

$$Poupança\ Corrente = \alpha_1 + \beta_1 \times NOTA\ DE\ GOVERNAN\c{C}A_{it} + \mu_{it}$$

Os resultados das regressões são apresentados na Tabela de número 16.

TABELA 16: REGRESSÕES POUPANÇA CORRENTE VERSUS NOTA DE GOVERNANÇA

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	1,2197836***	1,4168118***	0,86674722***	0,86674722***	0,94864142***	0,94864142***
	Erro	0,1381882	0,15493412	0,06501067	0,0485347	0,06308307	0,05357386
Nota de governança	Coeficiente	-0,58981944*	-1,0123701***	0,16961115	0,16961115	-0,00415363	-0,00415363
	Erro	0,2914893	0,3333271	0,13978065	0,10440493	0,13466708	0,10524500
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,0534	0,0055	0,2287	0,1163	0,9754	0,9685
Pseudo-R2		0,11460207	0,2695266	0,01876282	0,01876282	-	-
R2 - Overall		-	0,11460207	0,11460207	0,11460207	0,11460207	0,11460207
R2 - Between		-	0,2695266	0,2695266	0,2695266	0,2695266	0,2695266
R2 - Within		-	0,01876282	0,01876282	0,01876282	0,01876282	0,01876282
Sigma_u		-	-	0,05023228	0,05023228	0,0404413	0,0404413
Sigma_e		-	-	0,02052528	0,02052528	0,02052528	0,02052528
rho		-	-	0,8569274	0,8569274	0,79517208	0,79517208
theta		-	-	-	-	0,754	0,754

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

O modelo 3 consegue explicar 11,46% do comportamento da poupança dos entes federativos (coeficiente de ajuste R-squared). É estatisticamente significativa considerando um nível de confiança de 10%. Mesma relevância apresentada para a variável nota de governança, sinalizando que o aumento da nota de governança tende a diminuir o indicador de poupança corrente, corroborando com os achados de Abreu et al. (2017); Teixeira & Gomes (2019) e Baldissera & Araújo (2021). Os estudos dos referidos autores sinalizam que a governança pública permite melhor aproveitamento dos recursos públicos e da gestão fiscal e orçamentária. É possível inferir que melhor gestão das finanças tende a reduzir os gastos e consequentemente aumentar a capacidade de poupar recursos.

4.2.2.4 Indicador Poupança Corrente e Variável Nota de Governança com Variáveis de Controle

Considerando as variáveis de controle ao analisar a relação existente entre o indicador poupança corrente e a variável independente nota de governança pública, foram estatisticamente significativos os modelos: (1) POLS, (2) *between*, (3) efeitos aleatórios e (4) efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. O teste *lagrange multiplier* de Breusch-Pagan sugere que o modelo por efeitos aleatórios é melhor nesse caso. Como os termos de erro-padrão dos parâmetros do modelo dos efeitos aleatórios sem o agrupamento dos erros-padrão por ente federativo são menores, esse foi o modelo escolhido para essa análise, sendo representado pelo seguinte modelo matemático:

$$\begin{aligned}
 \text{Poupança Corrente}_{it} &= \alpha_1 + \beta_1 \times \text{NOTA DE GOVERNANÇA PÚBLICA}_{it} \\
 &+ \beta_2 \times \text{ALINHAMENTO POLÍTICO}_{it} + \beta_3 \times \text{REGIÃO CENTRO - OESTE}_{it} \\
 &+ \beta_4 \times \text{REGIÃO NORDESTE}_{it} + \beta_5 \times \text{REGIÃO NORTE}_{it} \\
 &+ \beta_6 \times \text{REGIÃO SUL}_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

A Tabela de número 17 demonstra os resultados obtidos nas regressões:

TABELA 17: REGRESSÕES POUPANÇA CORRENTE VERSUS NOTA DE GOVERNANÇA, ALINHAMENTO POLÍTICO E REGIÕES

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	1,120344***	1,3210334***	0,86653275***	0,86653275***	0,94737631***	0,94737631***
	Erro	0,10414107	0,2122276	0,06543941	0,04942226	0,06326093	0,05846123
Nota de Governança	Coeficiente	-0,34754052	-0,78298429*	0,16869159	0,16869159	0,06849924	0,06849924
	Erro	0,227017	0,4526430	0,1407893	0,10343458	0,13520719	0,08657264
Alinhamento Político	Coeficiente	0,00621622	0,0080150	0,00106992	0,00106992	0,00261626	0,00261626
	Erro	0,01155333	0,03364570	0,00664926	0,00769962	0,00658957	0,00798872
Região Centro-Oeste	Coeficiente	0,00623811	0,0089547	omitido	Omitido	-0,00578990	-0,00578990
	Erro	0,03711065	0,0288235	omitido	Omitido	0,0283797	0,0403751
Região Nordeste	Coeficiente	-0,0110627	-0,0025601	omitido	Omitido	-0,0375994	-0,0375994
	Erro	0,03979897	0,0310405	omitido	Omitido	0,02495524	0,04082117
Região Norte	Coeficiente	-0,05546407	-0,05390337*	omitido	Omitido	-0,0767785***	-0,0767785*
	Erro	0,03793359	0,0279736	omitido	Omitido	0,02544616	0,04134870
Região Sul	Coeficiente	0,00163004	-0,0076663	omitido	Omitido	-0,00654208	-0,00654208
	Erro	0,04008762	0,0306664	omitido	Omitido	0,03061048	0,04534831
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,0018	0,0267	0,4806	0,2727	0,028	0
Pseudo-R2		0,33849774	0,48009122	0,01909699	0,01909699	-	-
R2 - Overall		-	0,31100068	0,11461535	0,11461535	0,29294219	0,29294219
R2 - Between		-	0,48009122	0,28088614	0,28088614	0,36304288	0,36304288
R2 - Within		-	0,01687886	0,01909699	0,01909699	0,01419615	0,01419615
Sigma_u		-	-	0,05012474	0,05012474	0,03796653	0,03796653
Sigma_e		-	-	0,02065635	0,02065635	0,02065635	0,02065635
rho		-	-	0,85482829	0,85482829	0,77159932	0,77159932
theta		-	-	-	-	0,7375	0,7375

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

O modelo por efeitos aleatórios consegue explicar 29,29% do comportamento do endividamento dos entes federativos (coeficiente de ajuste R-squared Overall). Percebe-se que (a) o desvio-padrão do erro idiossincrático é baixo (erro-padrão igual a 0,02), (b) a heterogeneidade (alteração entre os entes da amostra) é baixa (desvio-padrão do efeito individual igual a 0,03) e (c) 77,15% da variância existente nos dados é ocasionada pela diferença entre painéis (correlação intraclasse igual a 0,7715).

Considerando um nível de confiança de 5%, o modelo é estatisticamente significativo para descrever o comportamento do indicador poupança corrente. No entanto, somente a variável região norte se mostrou estatisticamente significativa. Assim como nos demais casos, infere-se que a região norte possui indicador de poupança corrente inferior quando comparados com a região sudeste. Esses achados corroboram mais uma vez com Abreu et al. (2017) que afirma que as peculiaridades regionais podem afetar o comportamento da gestão pública e com Baldissera e Araújo (2021) que alertam que regiões mais populosas e mais desenvolvidas possuem maiores despesas, possuindo menor capacidade de poupar. Entretanto contrariam Rodrigues et al. (2020), pois os mesmos afirmam que as regiões norte e nordeste possuem menor capacidade de gerir adequadamente e legalmente os recursos públicos.

4.2.3 Indicador Índice de Liquidez

Ao analisar as relações existente entre o indicador índice de liquidez e as variáveis explicativas, considerando ou não as variáveis de controle, percebe-se que nenhum modelo foi estatisticamente significativo a um nível de 10%. Dessa forma, os resultados encontram-se dispostos nas Tabelas 18, 19, 20 e 21. As referidas Tabelas apresentam os resultados das análises da relação entre o indicador de liquidez com

(1) as variáveis transparência, equidade e participação, sem e com as variáveis de controle e (2) variável nota de governança pública, sem e com as variáveis de controle, respectivamente.

TABELA 18: REGRESSÕES ÍNDICE DE LIQUIDEZ VERSUS EQUIDADE, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	8,3761689	11,1690790	15,307835	15,307835	22,499091	22,499091
	Erro	26,4996130	50,72780800	23,27783100	17,21325800	20,262193	23,62347900
Equidade	Coeficiente	-14,596174	-31,7706070	2,50989970	2,50989970	-9,4143783	-9,4143783
	Erro	20,9870200	47,3507130	31,61191700	35,14655700	25,814332	30,45442000
Participação	Coeficiente	2,3632928	17,1820780	-19,61903500	-19,61903500	-19,288625	-19,288625
	Erro	19,6279990	68,2540090	24,69163000	28,86512300	22,94306	21,43600000
Transparência	Coeficiente	-1,3523365	-8,7109244	1,45090100	1,45090100	0,52068023	0,52068023
	Erro	2,9523438	5,2887691	1,70171630	1,42718510	1,59934010	1,63426350
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,7679	0,332	0,693	0,4181	0,763	0,5515
Pseudo-R2		0,01200617	0,13531444	0,01907338	0,01907338	-	-
R2 - Overall		-	0,00968964	0,00267977	0,00267977	0,00096849	0,00096849
R2 - Between		-	0,13531444	0,04601888	0,04601888	0,00722494	0,00722494
R2 - Within		-	0,01248165	0,01907338	0,01907338	0,01347204	0,01347204
Sigma_u		-	-	8,9854249	8,9854249	8,2584946	8,2584946
Sigma_e		-	-	5,5641729	5,5641729	5,5641729	5,5641729
rho		-	-	0,72282656	0,72282656	0,68778579	0,68778579
theta		-	-	-	-	0,6808	0,6808

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

TABELA 19: REGRESSÕES ÍNDICE DE LIQUIDEZ VERSUS EQUIDADE, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, ALINHAMENTO POLÍTICO E REGIÕES

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	0,73248515	-50,532214	16,198326	16,198326	24,305624	24,305624
	Erro	22,13246300	72,0771820	23,41632400	17,20352100	21,352402	23,99603400
Equidade	Coeficiente	-23,768803	-76,5955290	5,21178520	5,21178520	-8,0903193	-8,0903193
	Erro	41,787159	67,3432290	32,0340230	34,206767	28,62280200	33,886775
Participação	Coeficiente	20,737873	129,1259300	-23,35193700	-23,35193700	-16,093067	-16,093067
	Erro	18,1841890	94,7709700	25,50153900	26,56205000	24,423644	22,67989900
Transparência	Coeficiente	-0,93589513	-7,14413610	1,49375550	1,49375550	0,84898424	0,84898424
	Erro	2,5256687	5,67412070	1,71004490	1,44037510	1,62889180	1,51308960
Alinhamento Político	Coeficiente	1,2244904	4,2703385	1,16128740	1,16128740	1,22992280	1,22992280
	Erro	1,0474844	7,63998230	1,85770760	1,35775070	1,79161320	1,22440470
Região Centro-Oeste	Coeficiente	-4,2654169	-10,6527990	omitido	omitido	-7,79742730	-7,79742730
	Erro	8,0977393	7,0478663	omitido	omitido	6,3835557	11,3482910
Região Nordeste	Coeficiente	-3,3337005	-8,9466289	omitido	omitido	-6,3039165	-6,3039165
	Erro	6,1474326	7,7537575	omitido	omitido	5,69377990	5,69377990
Região Norte	Coeficiente	-4,0316865	-10,1800410	omitido	omitido	-7,42084430	-7,42084430
	Erro	6,7479479	6,6801095	omitido	omitido	5,70702290	10,15441200
Região Sul	Coeficiente	5,6811588	-17,513318*	omitido	omitido	-7,53620670	-7,53620670
	Erro	9,4734228	9,2107170	omitido	omitido	7,10666520	12,53067400
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,3088	0,5051	0,7653	0,4849	0,871	0,493
Pseudo-R2		0,0424346	0,29593535	0,02422617	0,02422617	-	-
R2 - Overall		-	0,03278959	0,00001162	0,00001162	0,02218963	0,02218963
R2 - Between		-	0,29593535	0,00512564	0,00512564	0,11601731	0,11601731
R2 - Within		-	0,0107659	0,02422617	0,02422617	0,01953536	0,01953536
Sigma_u		-	-	8,9389368	8,9389368	8,4392801	8,4392801
Sigma_e		-	-	5,5869105	5,5869105	5,5869105	5,5869105

rho	-	-	0,7190957	0,7190957	0,69528419	0,69528419
theta	-	-	-	-	0,6858	0,6858

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

TABELA 20: REGRESSÕES ÍNDICE DE LIQUIDEZ VERSUS NOTA DE GOVERNANÇA

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	14,819474	51,786531	-1,3793325	-1,3793325	10,120142	10,120142
	Erro	30,294422	31,927105	17,55785	15,699334	15,394271	22,239341
Nota de governança	Coeficiente	-28,032455	-106,00698	6,8134426	6,8134426	-16,555777	-16,555777
	Erro	63,2293700	68,68835800	37,75145900	33,771464	32,96345700	45,11010800
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,6612	0,1353	0,8572	0,8417	0,6155	0,7136
Pseudo-R2		0,0090946	0,0869843	0,00042285	0,00042285	-	-
R2 - Overall		-	0,0090946	0,0090946	0,0090946	0,0090946	0,0090946
R2 - Between		-	0,0869843	0,0869843	0,0869843	0,0869843	0,0869843
R2 - Within		-	0,00042285	0,00042285	0,00042285	0,00042285	0,00042285
Sigma_u		-	-	8,887368	8,887368	8,887368	8,887368
Sigma_e		-	-	5,5433945	5,5433945	5,5433945	5,5433945
rho		-	-	0,71991657	0,71991657	0,68258634	0,68258634
theta		-	-	-	-	0,6773	0,6773

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

TABELA 21: REGRESSÕES ÍNDICE DE LIQUIDEZ VERSUS NOTA DE GOVERNANÇA, ALINHAMENTO POLÍTICO E REGIÕES

Variáveis		M3	M4	M5	M6	M7	M8
Constante	Coeficiente	10,593014	39,217275	-1,5148631	-1,5148631	10,927227	10,927227
	Erro	30,36676000	49,2451210	17,66016600	15,76368200	16,182161	22,83509300
Nota de Governança	Coeficiente	-15,524864	-73,6311840	6,23235580	6,23235580	-5,8245673	-5,8245673
	Erro	57,083105	105,0309300	37,9948870	33,965577	34,960483	37,05212
Alinhamento Político	Coeficiente	1,6229597	4,2572821	0,67610047	0,67610047	0,99873164	0,99873164
	Erro	1,316944	7,80712170	1,79443950	1,55748280	1,72092510	1,44795970
Região Centro-Oeste	Coeficiente	-3,462178	-8,1140569	omitido	Omitido	-7,63695610	-7,63695610
	Erro	7,3910959	6,6881870	omitido	Omitido	6,4299309	10,3685410
Região Nordeste	Coeficiente	-2,2023796	-3,3772744	omitido	Omitido	-7,0831376	-7,0831376
	Erro	5,1361256	7,2026186	omitido	Omitido	5,70828440	9,25690960
Região Norte	Coeficiente	-3,3731734	-6,6336446	omitido	Omitido	-7,77786760	-7,77786760
	Erro	6,2034439	6,4909651	omitido	Omitido	5,78435520	9,77104140
Região Sul	Coeficiente	-3,6020112	-8,8812372	omitido	Omitido	-7,66437410	-7,66437410
	Erro	7,4834042	7,1158177	omitido	Omitido	6,93252520	10,35065800
Estimador		reg, vce	xtreg, be	xtreg, fe	xtreg, fe vce(cluster id)	xtreg, re theta	xtreg, re vce(cluster id) theta
Observações		105	105	105	105	105	105
P-valor		0,6395	0,6439	0,9167	0,8909	0,827	0,9909
Pseudo-R2		0,03146685	0,17605366	0,00228647	0,00228647	-	-
R2 - Overall		-	0,02971414	0,00165669	0,00165669	0,02632659	0,02632659
R2 - Between		-	0,17605366	0,0000795	0,0000795	0,13849703	0,13849703
R2 - Within		-	0,00046118	0,00228647	0,00228647	0,00139275	0,00139275
Sigma_u		-	-	8,8371893	8,8371893	8,6882545	8,6882545
Sigma_e		-	-	5,5745411	5,5745411	5,5745411	5,5745411
rho		-	-	0,71535125	0,71535125	0,70837897	0,70837897
theta		-	-	-	-	0,6945	0,6945

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: M3: Estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M4: Estimação Between. M5: Estimação por efeitos fixos. M6: Estimação por efeitos fixos com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo. M7: Estimação por efeitos aleatórios. M8: Estimação por efeitos aleatórios com erros-padrão robustos com agrupamento por ente federativo.

Nota: Resultados marcadas com um asterisco (*) são estatisticamente significativas com 10% de significância. Correlações marcadas com dois asteriscos (**) são estatisticamente significativas com 5% de significância. Correlações marcadas com três asteriscos (***) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

Pelo exposto, percebe-se que nenhuma relação entre a análise desmembrada do indicador de poupança corrente e as variáveis transparência, equidade, participação, nota de governança, regiões ou alinhamento político foram comprovadas neste estudo.

Capítulo 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a intenção de perceber em que nível a governança pública influencia a capacidade de solvência dos governos estaduais, esse estudo estabeleceu um novo mecanismo para a mensuração da governança pública desempenhada pelos estados. O índice de governança estabelecido nessa pesquisa considerou alguns princípios da administração pública: (1) participação política, (2) transparência e (3) equidade social. Esses princípios foram escolhidos pois a nova governança pública depreende grande importância para a participação da população como cocriadores do valor público, que é alcançado através do bem-estar geral equitativo e da confiança no setor público.

O índice criado demonstrou que o nível de governança dos estados brasileiros é baixo ou muito baixo refletindo a desconfiança na gestão pública presente no Brasil e a estagnação do índice de desenvolvimento humano brasileiro. No entanto, conforme constado por diversos autores, essa mensuração é complexa, pois não existe uma única forma de governança preconizada como a ideal, e sim, diversas metodologias aglutinadas, o que dificulta a implementação de um índice geral. Outra dificuldade consiste na macro extensão das questões públicas, não avaliadas nessa pesquisa.

Com relação à influência da governança pública sobre a solvência, é possível perceber relação positiva nessa interação, ou seja, estados com níveis inferiores de governança tendem a possuir níveis inferiores de solvência pública, conforme esperado e reforçando a importância de estudos e práticas que aprimorem a

governança pública. A relação direta entre a solvência pública e as bases de governança avaliadas nesse trabalho (participação política, transparência e equidade social) não alcançaram o resultado esperado. Sendo possível prever somente a influência da equidade social na solvência pública.

No entanto, ao contrário do esperado, este trabalho identificou relação negativa entre a equidade social e a solvência pública. Dessa forma, estados com maiores indicadores de equidade social tendem a possuir menor solvência pública. Esse achado merece ser aprofundado e pode ter relação com o fato da promoção da equidade social requerer maior utilização e comprometimento de recursos públicos. O estudo demonstrou também que as peculiaridades regionais também influenciam a governança e a solvência pública. Estados situados na região norte possuem mais chances de obterem classificações inferiores de solvência pública, demonstrando que é preciso perceber as peculiaridades regionais e desenvolver mecanismos de governança adequados a essas peculiaridades.

Ao desmembrar os indicadores do CAPAG para melhor avaliá-lo, esse estudo constatou que os entes federados brasileiros possuem: (1) alto nível de endividamento, (2) baixa capacidade em poupar recursos e (3) grande variação na capacidade de custear obrigações de curto prazo. Esses achados aprimoram a importância desse assunto, visto que essas situações podem ocasionar problemas para a solvência pública dos estados, que podem apresentar dificuldades em custear funcionários, fornecedores, serviços essenciais, ..., e, conseqüentemente atrapalhar a economia local e o bem-estar geral da população.

O estudo percebeu também interferência das variáveis estudadas em dois dos três indicadores do CAPAG, a saber: (1) endividamento e (2) poupança corrente. O indicador endividamento apresentou relação com a variável participação,

transparência, nota de governança e regiões. Todas as relações inferidas, nesta análise, foram negativas; demonstrando que o aumento da participação social, da transparência pública e da nota de governança tendem a diminuir o nível de endividamento público. Considerando as variáveis de controle, para a variável indicador de endividamento, somente as variáveis referentes às regiões foram significativas. O resultado demonstra que a região sudeste tende a ser mais endividada que as demais, provavelmente influenciada pelo nível de exigência da população dessa região e pelo alto nível populacional, corroborado pelo êxodo da região norte e nordeste.

Já o indicador poupança corrente apresentou relação com a variável transparência e nota de governança. Nesse caso, a relação depreendida também foi negativa; dessa forma, o aumento da transparência e da nota de governança reduzam o indicador de poupança corrente, ou seja, melhoram a capacidade dos estados de poupar recursos. Com relação às variáveis de controle, somente as variáveis região norte e nordeste foram estatisticamente significativas, sugerindo que a região norte e nordeste apresentam melhores capacidades de poupar recursos que a região sudeste. A percepção pode ser similar à referente ao indicador do endividamento, pois a região norte e nordeste possuem menores densidades demográficas e menores exigências por parte da população, favorecendo a economia de recursos.

Os resultados desse estudo contribuem com a melhoria da avaliação da gestão pública, melhoria da gestão da dívida e solvência pública, tendo importância teórica e prática para gestores públicos, órgãos de controle e sociedade em geral. No entanto, algumas limitações foram percebidas durante a realização desse estudo, tais como: (1) dificuldade de mensurar algumas importantes bases da administração pública, entre elas, o desempenho da gestão pública, (2) dificuldade de acesso de alguns

dados públicos e (3) desconsideração dos dados longitudinais da amostra, (4) utilização de diversas variáveis dicotômicas.

Apesar dessas limitações, o estudo é justificável e pode ser aprimorado ao acrescentar outras bases da administração pública, tal como o desempenho público, avaliar se há mudanças nos resultados ao considerar além do alinhamento político, a inclinação política do gestor (direita ou esquerda), o gênero do gestor público e a proporção do endividamento dos entes federados. Essa pesquisa também pode ser replicada para a realidade municipal para averiguação se os resultados serão os mesmos.

REFERÊNCIAS

- Abreu, W. M. de, Gomes, R. C., Ribeiro, D. C., Matias-Pereira, J., & Souza, F. J. B. de. (2017). Participação política e gestão fiscal explicam desenvolvimento social nos municípios brasileiros? *Rev. Serv. Público Brasília*, 70(1), 83–102. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i1.1429>
- Aquino, C. V. M. G., Silva, C. R. M. da, Vasconcelos, L. R. S., & Castelo, J. L. (2021). Public governance of brazilian municipalities. *Gestão & Regionalidade*, 37(110), 203–220. <https://doi.org/10.13037/gr.vol37n110.6542>
- Araujo, J. M., Siqueira, R. B., & Besarria, C. N. (2017). Aumentar receitas ou cortar gastos? Discutindo o nexso entre receitas e despesas do governo central brasileiro. *Estudos Econômicos*, 47, 681-711.
- Arends, H. (2020). The dangers of fiscal decentralization and public service delivery: a review of arguments. *Politische Vierteljahresschrift*, 61(3), 599–622. <https://doi.org/10.1007/s11615-020-00233-7>
- Arun, T., Adhikari, P., & Mohan, R. (2021). Learning accountability in the public sector: The experience of Kerala. *Financial Accountability and Management*, 37(2), 184–203. <https://doi.org/10.1111/faam.12248>
- Avila, I. R., & Izquierdo Reyes, A. D. (2021). Fiscal fatigue, debt limits and fiscal space of mexican state governments. *Gestion Y Politica Publica*, 30(2), 29-65.
- Baldissera, J. F., & Araújo, M. P. (2021). Political and electoral characteristics effect on of public-debt in brazilian states. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1).
- Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. de. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 340–359. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190048>
- Bernardi, R. B. di. (n.d.). *Análise da portaria MF nº 306/2012*. Secretaria da Fazenda. https://www.sefanet.pr.gov.br/dados/gefin/materiais/Analise_da_Portaria_STB_n._306_2012___Estado_do_RS.pdf
- Berry-James, R. M., Blessett, B., Emas, R., McCandless, S., Nickels, A. E., Norman-Major, K., & Vinzant, P. (2021). Stepping up to the plate: Making social equity a priority in public administration's troubled times. In *Journal of Public Affairs Education* (Vol. 27, Issue 1, pp. 5–15). Taylor and Francis Ltd. <https://doi.org/10.1080/15236803.2020.1820289>
- Binh, N. T., & Giai, N. Q. (2022). Transparency in Local Government in Vietnam. *Scientific Papers of the University of Pardubice, Series D: Faculty of Economics and Administration*, 30(2). <https://doi.org/10.46585/sp30021564>

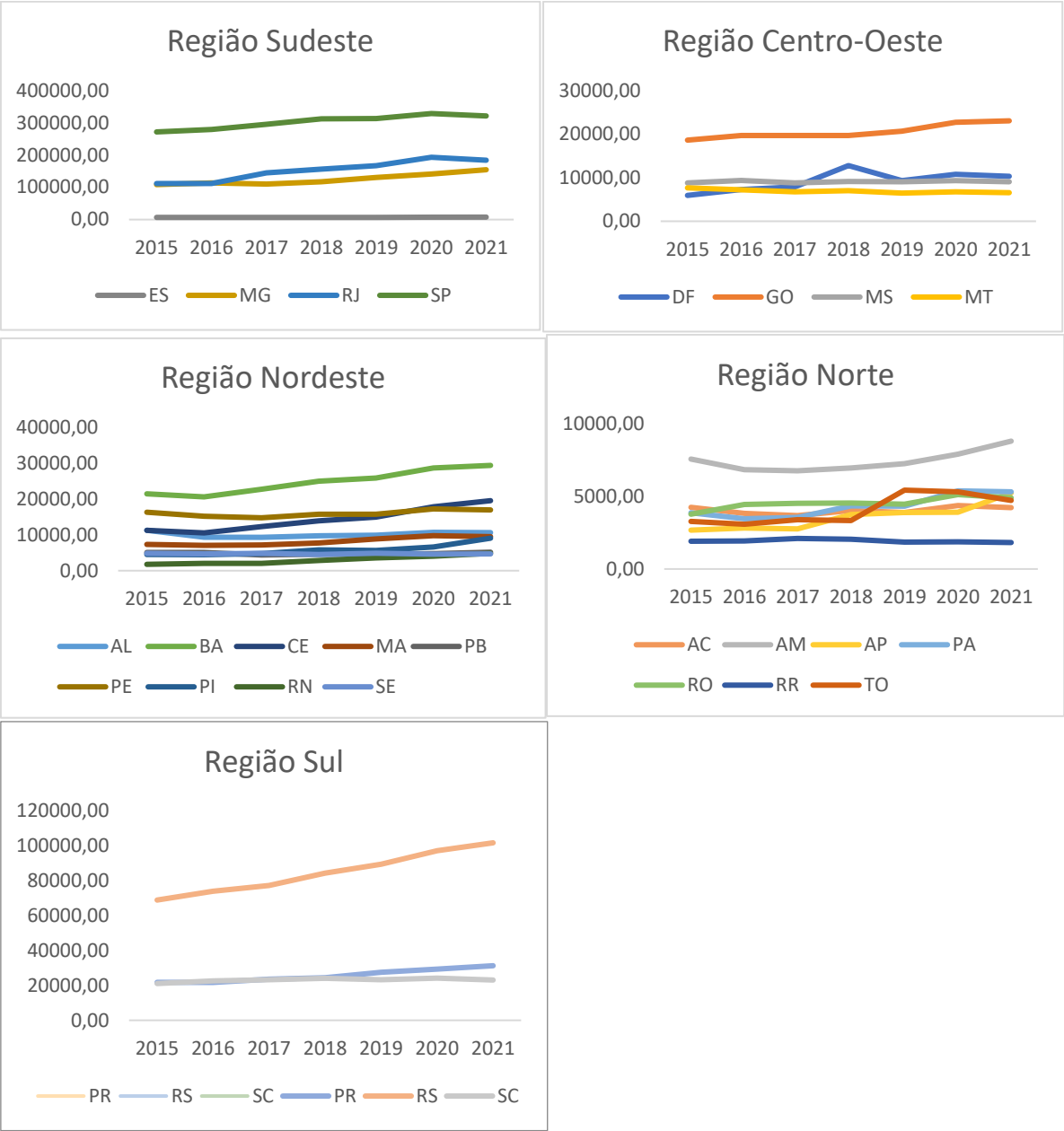
- Buta, B. O., & Teixeira, M. A. C. (2020). Public governance in three dimensions: conceptual, measurement and democratic. *Organizações & Sociedade*, 27(94), 370–395. <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>
- Cruz, A. F. D., Lopes, B. L., Pimenta, D. P., & Soares, G. F. (2018). A gestão fiscal do estado do Rio de Janeiro: uma análise à luz da LRF e da sustentabilidade da dívida no período de 2001 a 2017. *Revista de Administração Pública*, 52, 764–775.
- Cavalari Sales, J., & da Fonseca, M. W. (2022). Effect of Space Dependence and Governance on the Effectiveness of Public Policies in Brazilian Municipalities. *America Latina Hoy*, 90, 139–158. <https://doi.org/10.14201/alh.26655>
- Danshina, Y., & Britchenko, I. (2017). Adaptation of domestic state governance to international governance models. *Baltic Journal of Economic Studies*, 3(5), 116–124. <https://doi.org/10.30525/2256-0742/2017-3-5-116-124>
- Dobrolyubova, E. (2021). Measuring outcomes of digital transformation in public administration: Literature review and possible steps forward. *NISPAcee Journal of Public Administration and Policy*, 14(1), 61–86. <https://doi.org/10.2478/nispa-2021-0003>
- Ellis, J. E. (2022). Feeling accountable: Affect and embodied ethics in times of crisis. *Law, Culture and the Humanities*, 1–21. <https://doi.org/10.1177/17438721221089822>
- Fávero, L. P. & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados – estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e stata*. (Elsevier, Vol. 2).
- Fonseca, A. dos R., Jorge, S., & Nascimento, C. (2020). The role of internal auditing in promoting accountability in Higher Education Institutions. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 243–265. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190267>
- French, M., Kimmitt, J., Wilson, R., Jamieson, D., & Lowe, T. (2022). Social impact bonds and public service reform: back to the future of New Public Management? *International Public Management Journal*. <https://doi.org/10.1080/10967494.2022.2050859>
- Hair, J. F. J., Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2007). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração* (Bookman, Vol. 2).
- Hilscher, J., Raviv, A., & Reis, R. (2022). Inflating away the public debt? An empirical assessment. *The Review of Financial Studies*, 35(3), 1553–1595. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhab018>
- Horta, G. T. de L. (2018). A sustentabilidade fiscal dos estados brasileiros: análise recente e notas para o futuro. *Revista BNDES*, 25(50), 299–344.
- Ishihara, T. (2022). Public sector reform and public management theory —cases of Japan. *Public Management Review*, 24(11), 1653–1662. <https://doi.org/10.1080/14719037.2021.1893093>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022, setembro, 22). Síntese de Indicadores Sociais. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - (2023, julho, 31). *O que é o PIB?* <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>
- Instituto de Pesquisa Econômica e Previdência – IPEP - (2023, fevereiro, 14) *Como melhorar a nota do CAPAG?* <https://ipepbrasil.org.br/como-melhorar-a-nota-do-capag/>
- Joy, J., & Panda, P. K. (2020). An empirical analysis of sustainability of public debt among BRICS nations. *Journal of Public Affairs*, 21(2). <https://doi.org/10.1002/pa.2170>
- Kazho, S. A., & Atan, T. (2022). Public sector downsizing and public sector performance: Findings from a content analysis. *Sustainability*, 14(5). <https://doi.org/10.3390/su14052989>
- Lara, R. D., Gosling, M., & Rodrigues, I. F. (2018). Mobile government: uma análise dos aplicativos estaduais como mediadores do relacionamento entre os cidadãos e os governos estaduais. *Revista Do Serviço Público*, 69(2), 62–88.
- Lima-Silva, F., Abreu, K., & Leblanc, E. (2020). Consultative participation in Brazil: the case of the São Paulo Municipal Advisory Board. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 321–339. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180427>
- Lopez-Littleton, V., Blessett, B., & Burr, J. (2018). Advancing social justice and racial equity in the public sector. *Journal of Public Affairs Education*, 24(4), 449–468. <https://doi.org/10.1080/15236803.2018.1490546>
- Marcondes, M. M., Araújo, M. A. D. de, Souza, W. J. de, & Monteiro, G. K. da S. (2022). Observatórios sociais e desigualdades no Brasil: Uma análise exploratória e descritiva. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 27(86), 1–18. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n86.82951>
- Megersa, K., & Cassimon, D. (2015). Public debt, economic growth, and public sector management in developing countries: Is there a link? *Public Administration and Development*, 35(5), 329–346. <https://doi.org/10.1002/pad.1733>
- Meyer, S. J., Johnson III, R. G., & McCandless, S. (2022). Meet the New Es: empathy, engagement, equity, and ethics in public administration. *Public Integrity*, 24(4–5), 353–363. <https://doi.org/10.1080/10999922.2022.2074764>
- Brasil. Ministério da Fazenda. (1997). *Portaria nº 089 de 25 de abril de 1997*. Ministério da Fazenda. <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A1740010>
- Brasil. Ministério da Fazenda. (2012). *Portaria nº 306 de 12 de setembro de 2012*. Ministério da Fazenda. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/core/consulta.action>

- Brasil. Ministério da Fazenda. (2023). *Portaria nº 501 de 23 de novembro de 2023*. Ministério da Fazenda. https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19414630/do1-2017-11-24-portaria-n-501-de-23-de-novembro-de-2017-19414502
- Oliveira, A. G. de, & Pisa, B. J. (2015). IGovP: The public governance assessment index — A state planning instrument tool and social control by the citizen. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1263–1290. <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>
- Oliveira, R. C. de. (2021). Previsão de receitas públicas e resiliência financeira. *Cadernos de finanças públicas*, 21(03).
- Overman, S., Schillemans, T., & Grimmelikhuijsen, S. (2021). A validated measurement for felt relational accountability in the public sector: gauging the account holder's legitimacy and expertise. *Public Management Review*, 23(12), 1748–1767. <https://doi.org/10.1080/14719037.2020.1751254>
- Pellegrini, J. A. (2017). *Nota técnica Nº 13: a nova metodologia de cálculo da capacidade de pagamento dos estados e municípios*. <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes->
- Ravšelj, D., Umek, L., Todorovski, L., & Aristovnik, A. (2022). A Review of Digital Era Governance Research in the First Two Decades_ A Bibliometric Study _ Enhanced Reader. *Future Internet*, 14(5). <https://doi.org/https://doi.org/10.3390/fi14050126>
- Reis, C. (2020). Expectativas de bailout e risco moral no endividamento de governos subnacionais: evidência empírica do Brasil. *Revista Cadernos de Finanças Públicas*, 20(1), 1–41.
- Reiter, R., & Klenk, T. (2019). The manifold meanings of 'post-New Public Management' – a systematic literature review. *International Review of Administrative Sciences*, 85(1), 11–27. <https://doi.org/10.1177/0020852318759736>
- Rocha, D. G. da, Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2020). Insulated and undemocratic: the (im)possibility of social accountability in Brazilian courts of accounts. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 201–219. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190294>
- Rodrigues, D. S., Faroni, W., Santos, N. de A., Ferreira, M. A. M., & Diniz, J. A. (2020). Corruption and mismanagement in spending on education: socioeconomic and political factors. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 301–320. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190103>
- Santos, Y. D. dos, Barbosa, J. A. A. G. S., Diniz, J. A., & Lima, S. C. de. (2018). Endividamento público e desenvolvimento humano nos grandes municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76), 356–375. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75420>

- Sharma, G., & Patil, G. R. (2022). Spatial and social inequities for educational services accessibility - A case study for schools in Greater Mumbai. *Cities*, 122. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103543>
- Silva, E. M. da, Leandro, J. G., Andrade, L. S., Marques, S. M., & Figueiredo, M. V. C. de. (2021). Cofinanciamento estadual para participação e controle social no âmbito da assistência social e seus efeitos para o funcionamento dos conselhos municipais: uma análise a partir dos Estados de Minas Gerais e Pará. *Revista Do Serviço Público*, 72(3), 635–662. <https://doi.org/10.21874/rsp.v72.i3.4039>
- Simonassi, A. G., Gondim Filho, J. G., & de Albuquerque e Arraes, R. (2021). Indebtedness and investments of subnational governments in Brazil: an analysis by reaction functions. *Nova Economia*, 31(3), 783–807. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6448>
- Teixeira, A. F., & Gomes, R. C. (2019). Governança pública: uma revisão conceitual. *Revista Serviço Público Brasília*, 70(4), 519–550.
- Tesouro Nacional. (2021). *Por dentro das contas da dívida*.
- Tesouro Nacional Transparente (2022, setembro, 28). Capacidade de Pagamento (CAPAG). <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>
- Tesouro Nacional Transparente (2022, outubro, 15). Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – União. <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf-uniao>
- Tesouro Nacional Transparente (2023, março, 01). Relatório de Projeções Fiscais. https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:45670
- Tesouro Nacional Transparente (2023, março, 01). A Dinâmica da Dívida Pública. <https://tesouro.github.io/divida/#tetris>
- Tribunal Superior Eleitoral (2022, outubro, 2). Estatísticas de comparecimento/abstenção. <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-comp-abst/home?session=7455615591549>
- Vabø, M., Zechner, M., Stranz, A., Graff, L., & Sigurðardóttir, S. H. (2022). Is Nordic elder care facing a (new) collaborative turn? *Social Policy and Administration*, 56(4), 549–562. <https://doi.org/10.1111/spol.12805>
- Waele, L. de, Polzer, T., Witteloostuijn, A. van, & Berghman, L. (2021). “A little bit of everything?” Conceptualising performance measurement in hybrid public sector organisations through a literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 33(3), 343–363. <https://doi.org/10.1108/JPBAM-05-2020-0075>
- Zaman, R., Jain, T., Samara, G., & Jamali, D. (2022). Corporate Governance Meets Corporate Social Responsibility: Mapping the Interface. *Business and Society*, 61(3), 690–752. <https://doi.org/10.1177/0007650320973415>

APÊNDICE A – HISTÓRICO ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS (EM R\$ 1.000.000,00)



APÊNDICE B - CLASSIFICAÇÃO CAPAG - ANO 2017

Unidade Federativa	ANO	Nota 1		Nota 2		Nota 3	
		Nota	Indicador	Nota	Indicador	Nota	Indicador
Rondônia	2017	0,6832	B	0,8672	A	0,4171	A
Acre	2017	0,8617	B	0,9181	B	0,2310	A
Amazonas	2017	0,5264	A	0,9349	B	0,5589	A
Roraima	2017	0,6361	B	0,8948	A	0,4229	A
Pará	2017	0,1891	A	0,8922	A	0,6246	A
Amapá	2017	0,6246	B	0,8212	A	0,2686	A
Tocantins	2017	0,4219	A	0,9831	C	0,4883	A
Maranhão	2017	0,5650	A	0,9194	B	0,3677	A
Piauí	2017	0,5873	A	0,9404	B	1,2923	C
Ceará	2017	0,6235	B	0,9213	B	0,3563	A
Rio Grande do Norte	2017	0,2441	A	0,9484	B	0,4295	A
Paraíba	2017	0,5041	A	0,9352	B	0,5387	A
Pernambuco	2017	0,7244	B	0,9559	C	1,3539	C
Alagoas	2017	1,2063	B	0,8941	A	0,5797	A
Sergipe	2017	0,6940	B	0,9492	B	1,8549	C
Bahia	2017	0,7025	B	0,9503	C	0,9729	A
Minas Gerais	2017	2,1064	C	0,9260	B		
Espírito Santo	2017	0,5793	A	0,8930	A	0,2623	A
Rio de Janeiro	2017	2,3973	C	1,0511	C	-27,7657	C
São Paulo	2017	2,0522	C	0,9457	B	0,7669	A
Paraná	2017	0,6374	B	0,9389	B	0,4681	A
Santa Catarina	2017	1,1094	B	0,9517	C	0,1097	A
Rio Grande do Sul	2017	2,1295	C	1,0084	C	6,2361	C
Mato Grosso do Sul	2017	0,9864	B	0,9723	C	0,7421	A
Mato Grosso	2017	0,5747	A	0,9699	C	0,4616	A
Goiás	2017	1,0203	B	0,9555	C	0,6612	A
Distrito Federal	2017	0,4048	A	0,9779	C	-2,6445	C

APÊNDICE C - CLASSIFICAÇÃO CAPAG - ANO 2018

Unidade Federativa	ANO	Nota 1		Nota 2		Nota 3	
		Nota	Indicador	Nota	Indicador	Nota	Indicador
Rondônia	2018	0,6938	B	0,8939	A	0,5206	A
Acre	2018	0,8207	B	0,9440	B	0,1505	A
Amazonas	2018	0,5574	A	0,9289	B	0,8893	A
Roraima	2018	0,6564	B	0,9023	B	0,7180	A
Pará	2018	0,1967	A	0,9085	B	0,3420	A
Amapá	2018	0,5574	A	0,9289	B	0,8893	A
Tocantins	2018	0,4715	A	0,8951	A	6,0888	C
Maranhão	2018	0,5605	A	0,9539	C	0,7643	A
Piauí	2018	0,5971	A	0,9402	B	0,3400	A
Ceará	2018	0,6911	B	0,9134	B	0,4784	A
Rio Grande do Norte	2018	0,2290	A	0,9704	C	3,7461	A
Paraíba	2018	0,4793	A	0,9299	B	0,8588	A
Pernambuco	2018	0,6846	B	0,9661	C	1,6814	C
Alagoas	2018	1,2648	B	0,8988	A	0,7482	A
Sergipe	2018	0,7103	B	0,9813	C	3,3989	C
Bahia	2018	0,7289	B	0,9638	C	0,8758	A
Minas Gerais	2018	1,9924	C	1,0441	C		
Espírito Santo	2018	0,5530	A	0,8907	A	0,1169	A
Rio de Janeiro	2018	2,8846	C	1,0867	C	-4,5091	C
São Paulo	2018	2,0292	C	0,9473	B	0,6688	A
Paraná	2018	0,6461	B	0,9464	B	0,3454	A
Santa Catarina	2018	1,0987	B	0,9666	C	0,4724	A
Rio Grande do Sul	2018	2,1242	C	1,0155	C	6,0120	C
Mato Grosso do Sul	2018	0,9025	B	1,0366	C	1,5127	C
Mato Grosso	2018	0,4694	A	0,9663	C	-5,6139	C
Goiás	2018	0,9337	B	0,9527	C	18,2059	C
Distrito Federal	2018	0,4081	A	0,9935	C	5,4181	C

APÊNDICE D - CLASSIFICAÇÃO CAPAG - ANO 2019

Unidade Federativa	Ano	Nota 1		Nota 2		Nota 3	
		Nota	Indicador	Nota	Indicador	Nota	Indicador
Rondônia	2019	0,654059	B	0,89534	A	0,498648	A
Acre	2019	0,828716	B	0,926145	B	0,168635	A
Amazonas	2019	0,510044	A	0,918118	B	0,814845	A
Roraima	2019	0,572014	A	0,878336	A	2,330958	C
Pará	2019	0,231122	A	0,926944	B	0,902693	A
Amapá	2019	0,770513	B	0,825932	A	0,950164	A
Tocantins	2019	0,463476	A	0,945596	B	5,393954	C
Maranhão	2019	0,564009	A	0,979715	C	1,672246	C
Piauí	2019	0,674937	B	0,947312	B	0,79506	A
Ceará	2019	0,72266	B	0,922122	B	0,556911	A
Rio Grande do Norte	2019	0,3036	A	0,911321	B	7,02157	C
Paraíba	2019	0,479665	A	0,92714	B	0,440647	A
Pernambuco	2019	0,67867	B	0,960577	C	-3,075711	C
Alagoas	2019	1,215299	C	0,89841	A	0,417965	A
Sergipe	2019	0,618305	B	0,977153	C	1,016462	C
Bahia	2019	0,751064	B	0,963196	C	0,692242	A
Minas Gerais	2019	2,087208	C	1,065532	C	24,17748	C
Espírito Santo	2019	0,50103	A	0,883264	A	0,08902	A
Rio de Janeiro	2019	2,725316	C	1,050011	C	4,82168	C
São Paulo	2019	2,044507	C	0,936796	B	0,727783	A
Paraná	2019	0,649566	B	0,942096	B	0,628085	A
Santa Catarina	2019	1,057918	B	0,971126	C	0,253377	A
Rio Grande do Sul	2019	2,162979	C	1,019475	C	5,694192	C
Mato Grosso do Sul	2019	0,852458	B	1,003627	C	0,988654	A
Mato Grosso	2019	0,458736	A	0,977135	C	-5,765223	C
Goiás	2019	0,923697	B	0,962577	C	-10,21894	C
Distrito Federal	2019	0,431722	A	0,970609	C	19,92619	C

APÊNDICE E - CLASSIFICAÇÃO CAPAG - ANO 2020

Unidade Federativa	Ano	Nota 1		Nota 2		Nota 3	
		Nota	Indicador	Nota	Indicador	Nota	Indicador
Rondônia	2020	0,5760	A	0,88	A	0,1910	A
Acre	2020	0,7240	B	0,93	B	0,2450	A
Amazonas	2020	0,4820	A	0,92	B	0,2800	A
Roraima	2020	0,4410	A	0,85	A	1,6080	C
Pará	2020	0,2000	A	0,9110	B	0,2610	A
Amapá	2020	0,6940	B	0,8010	A		
Tocantins	2020	0,6760	B	0,9590	C	5,7750	C
Maranhão	2020	0,5800	A	0,9700	C	3,2940	C
Piauí	2020	0,5960	A	0,9790	C	3,4770	C
Ceará	2020	0,7120	B	0,9170	B	0,1810	A
Rio Grande do Norte	2020	0,3510	A	0,9630	A	2,9740	C
Paraíba	2020	0,43900	A	0,92000	B	0,43200	A
Pernambuco	2020	0,62000	B	0,95600	C	2,42100	C
Alagoas	2020	1,15500	B	0,89500	A	0,57000	A
Sergipe	2020	0,60600	B	0,98400	C	0,69700	A
Bahia	2020	0,72200	B	0,95400	C	0,25400	A
Minas Gerais	2020	2,04000	C	1,05200	C	65,98800	C
Espírito Santo	2020	0,44500	A	0,84000	A	0,06300	A
Rio de Janeiro	2020	2,85800	C	0,99600	C	1,41400	C
São Paulo	2020	1,93700	C	0,93900	B	0,78100	A
Paraná	2020	0,70800	B	0,93200	B	0,49500	A
Santa Catarina	2020	0,92800	B	0,95600	C	0,34000	A
Rio Grande do Sul	2020	2,16400	C	1,03500	C	-1,90000	C
Mato Grosso do Sul	2020	0,75100	B	0,96800	C	1,18600	C
Mato Grosso	2020	0,37700	A	0,94500	B	-7,09900	C
Goiás	2020	0,84100	B	0,98100	C	2,98300	C
Distrito Federal	2020	0,45000	A	0,96500	C	3,73800	C

APÊNDICE F - ÍNDICE DE GINI COM BENEFÍCIOS SOCIAIS

Unidade federada	2017	2018	2019	2020
Rondônia	0,447328659	0,49632888	0,471812882	0,43873878
Acre	0,545288735	0,557523936	0,558713957	0,514891103
Amazonas	0,591284531	0,543820941	0,565973826	0,533091248
Roraima	0,525926075	0,566484486	0,579642223	0,539609972
Pará	0,506240799	0,561984901	0,528206866	0,480044702
Amapá	0,58929343	0,546934748	0,512752651	0,499865495
Tocantins	0,495060509	0,529002605	0,529941449	0,484933328
Maranhão	0,5263607	0,527507729	0,531228855	0,481639877
Piauí	0,52943209	0,530114558	0,537288207	0,473535267
Ceará	0,546796319	0,547084808	0,562095811	0,543508725
Rio Grande do Norte	0,523099514	0,540098945	0,554232059	0,511712928
Paraíba	0,547666744	0,549216711	0,561252242	0,512353278
Pernambuco	0,551334819	0,534440623	0,573570165	0,53619508
Alagoas	0,525303988	0,550368926	0,526718419	0,510195034
Sergipe	0,550801609	0,577549858	0,581085016	0,523987367
Bahia	0,590108431	0,549884298	0,557469726	0,536512801
Minas Gerais	0,493470178	0,492173927	0,48706196	0,460459031
Espírito Santo	0,505918784	0,509083201	0,519802501	0,483634717
Rio de Janeiro	0,518959997	0,543160049	0,551971635	0,548270649
São Paulo	0,525626314	0,538109142	0,526489945	0,522198671
Paraná	0,480722268	0,49176621	0,477038849	0,461737625
Santa Catarina	0,413739671	0,417368553	0,421382436	0,411734399
Rio Grande do Sul	0,481061577	0,486553674	0,481875102	0,476024583
Mato Grosso do Sul	0,46446553	0,489742811	0,483291588	0,469573875
Mato Grosso	0,463154963	0,464616232	0,454376952	0,461755138
Goiás	0,477094774	0,46977324	0,459518613	0,445012366
Distrito Federal	0,593204027	0,570372156	0,553673098	0,548309204

APÊNDICE G - PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO DOS ELEITORES APTOS

	2016	2017*	2018	2019**	2020
Rondônia	79,00%	78,35%	77,69%	74,95%	72,21%
Acre	81,86%	81,44%	81,02%	78,71%	76,40%
Amazonas	86,97%	83,81%	80,65%	80,83%	81,00%
Roraima	83,93%	85,00%	86,07%	82,43%	78,79%
Pará	82,75%	81,40%	80,04%	79,99%	79,94%
Amapá	84,20%	83,76%	83,31%	79,56%	75,80%
Tocantins	85,90%	82,97%	80,03%	81,43%	82,83%
Maranhão	84,10%	81,79%	79,47%	80,44%	81,40%
Piauí	88,25%	86,27%	84,29%	84,44%	84,58%
Ceará	85,40%	84,04%	82,67%	82,87%	83,07%
Rio Grande do Norte	86,44%	84,67%	82,89%	82,68%	82,47%
Paraíba	87,72%	86,35%	84,97%	84,59%	84,21%
Pernambuco	86,50%	84,30%	82,10%	81,79%	81,47%
Alagoas	84,02%	80,71%	77,40%	77,90%	78,40%
Sergipe	86,39%	83,79%	81,18%	81,30%	81,42%
Bahia	81,07%	80,17%	79,27%	79,36%	79,44%
Minas Gerais	81,68%	79,75%	77,81%	77,31%	76,80%
Espírito Santo	82,80%	81,77%	80,74%	78,36%	75,98%
Rio de Janeiro	78,46%	77,44%	76,41%	74,17%	71,92%
São Paulo	79,27%	78,88%	78,48%	75,59%	72,70%
Paraná	85,53%	84,29%	83,04%	79,91%	76,77%
Santa Catarina	86,98%	85,34%	83,69%	80,61%	77,53%
Rio Grande do Sul	84,52%	83,19%	81,86%	79,10%	76,33%
Mato Grosso do Sul	80,31%	79,55%	78,79%	76,84%	74,88%
Mato Grosso	79,38%	77,42%	75,45%	75,01%	74,56%
Goiás	84,25%	82,03%	79,80%	78,21%	76,62%
Distrito Federal	84,81%***	84,81%***	81,29%	81,86%****	81,86%****

*O comparecimento de 2017 dos estados foi alcançado com base na média entre o comparecimento dos anos 2018 e 2016.

**O comparecimento de 2019 dos estados foi alcançado com base na média entre o comparecimento dos anos 2020 e 2018.

***O comparecimento de 2016 e 2017 do distrito federal foi alcançado com base na média entre o comparecimento dos anos 2018 e 2014. % comparecimento no distrito federal em 2014: 88,33%.

****O comparecimento de 2019 e 2020 do distrito federal foi alcançado com base na média entre o comparecimento dos anos 2022 e 2018. % comparecimento no distrito federal em 2022: 82,43%.

APÊNDICE H - ALINHAMENTO DO GOVERNADOR COM O PRESIDENTE BRASILEIRO - ANO 2017/2018

Unidade Federativa	Governador 2017			Governador 2018		
	Nome	Partido	Alinhado	Nome	Partido	Alinhado
Rondônia	Confúcio Moura	PMDB	SIM	Confúcio Moura	PMDB	SIM
Acre	Tião Viana	PT	NÃO	Tião Viana	PT	NÃO
Amazonas	José Melo	PROS	SIM	José Melo	PROS	SIM
Roraima	Suely Campos	PP	SIM	Suely Campos	PP	SIM
Pará	Simão Jatene	PSDB	SIM	Simão Jatene	PSDB	SIM
Amapá	Waldez	PDT	NÃO	Waldez	PDT	NÃO
Tocantins	Marcelo Miranda	PMDB	SIM	Marcelo Miranda	PMDB	SIM
Maranhão	Flávio Dino	PCdoB	NÃO	Flávio Dino	PCdoB	NÃO
Piauí	Wellington Dias	PT	NÃO	Wellington Dias	PT	NÃO
Ceará	Camilo Santana	PT	NÃO	Camilo Santana	PT	NÃO
Rio Grande do Norte	Robinson Faria	PSD	SIM	Robinson Faria	PSD	SIM
Paraíba	Ricardo Coutinho	PSB	NÃO	Ricardo Coutinho	PSB	NÃO
Pernambuco	Paulo Câmara	PSB	NÃO	Paulo Câmara	PSB	NÃO
Alagoas	Renan Filho	PMDB	SIM	Renan Filho	PMDB	SIM
Sergipe	Jackson Barreto	PMDB	SIM	Jackson Barreto	PMDB	SIM
Bahia	Rui Costa	PT	NÃO	Rui Costa	PT	NÃO
Minas Gerais	Fernando Pimentel	PT	NÃO	Fernando Pimentel	PT	NÃO
Espírito Santo	Paulo Hartung	PMDB	SIM	Paulo Hartung	PMDB	SIM
Rio de Janeiro	Luiz Fernando Pezão	PMDB	SIM	Luiz Fernando Pezão	PMDB	SIM
São Paulo	Geraldo Alckmin	PSDB	SIM	Geraldo Alckmin	PSDB	SIM
Paraná	Beto Richa	PSDB	SIM	Beto Richa	PSDB	SIM
Santa Catarina	Raimundo Colombo	PSD	SIM	Raimundo Colombo	PSD	SIM
Rio Grande do Sul	José Ivo Sartori	PMDB	SIM	José Ivo Sartori	PMDB	SIM
Mato Grosso do Sul	Reinaldo Azambuja	PSDB	SIM	Reinaldo Azambuja	PSDB	SIM
Mato Grosso	Pedro Taques	PTB	SIM	Pedro Taques	PTB	SIM
Goiás	Marconi Perillo	PSDB	SIM	Marconi Perillo	PSDB	SIM
Distrito Federal	Rollemberg	PSB	NÃO	Rollemberg	PSB	NÃO

APÊNDICE I - ALINHAMENTO DO GOVERNADOR COM O PRESIDENTE BRASILEIRO - ANO 2019/2020

Unidade Federativa	Governador 2019			Governador 2020		
	Nome	Partido	Alinhado	Nome	Partido	Alinhado
Rondônia	Coronel Marcos Rocha	PSL	SIM	Coronel Marcos Rocha	PSL	SIM
Acre	Gladson Cameli	PP	SIM	Gladson Cameli	PP	SIM
Amazonas	Wilson Lima	PSC	SIM	Wilson Lima	PSC	SIM
Roraima	Antônio Denarium	PSL	SIM	Antônio Denarium	PSL	SIM
Pará	Helder Barbalho	MDB	NÃO	Helder Barbalho	MDB	NÃO
Amapá	Waldez	PDT	SIM	Waldez	PDT	NÃO
Tocantins	Mauro Carlesse	PHS	SIM	Mauro Carlesse	PHS	SIM
Maranhão	Flávio Dino	PCdoB	NÃO	Flávio Dino	PCdoB	NÃO
Piauí	Wellington Dias	PT	NÃO	Wellington Dias	PT	NÃO
Ceará	Camilo	PT	NÃO	Camilo	PT	NÃO
Rio Grande do Norte	Fátima Bezerra	PT	NÃO	Fátima Bezerra	PT	NÃO
Paraíba	João Filho	PSB	NÃO	João Filho	PSB	NÃO
Pernambuco	Paulo Câmara	PSB	NÃO	Paulo Câmara	PSB	NÃO
Alagoas	Renan Filho	MDB	NÃO	Renan Filho	MDB	NÃO
Sergipe	Belivaldo	PSD	NÃO	Belivaldo	PSD	SIM
Bahia	Rui Costa	PT	NÃO	Rui Costa	PT	NÃO
Minas Gerais	Romeu Zema	Novo	SIM	Romeu Zema	Novo	SIM
Espírito Santo	Casagrande	PSB	NÃO	Casagrande	PSB	NÃO
Rio de Janeiro	Wilson Witzel	PSC	SIM	Wilson Witzel	PSC	NÃO
São Paulo	João Doria	PSDB	SIM	João Doria	PSDB	NÃO
Paraná	Ratinho Júnior	PSD	SIM	Ratinho Júnior	PSD	SIM
Santa Catarina	Comandante Moisés	PSL	SIM	Comandante Moisés	PSL	SIM
Rio Grande do Sul	Eduardo Leite	PSDB	SIM	Eduardo Leite	PSDB	NÃO
Mato Grosso do Sul	Reinaldo Azambuja	PSDB	SIM	Reinaldo Azambuja	PSDB	SIM
Mato Grosso	Mauro Mendes	DEM	SIM	Mauro Mendes	DEM	SIM
Goiás	Ronaldo Caiado	DEM	SIM	Ronaldo Caiado	DEM	SIM
Distrito Federal	Ibaneis	MDB	SIM	Ibaneis	MDB	SIM

APÊNDICE J - ATENDIMENTO LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL- ANO 2017

Unidade Federativa	Ano	Despesas com pessoal	Dívida Consolidada Líquida Anual	Garantias de Valores Anual	Operações de Crédito Anual	Atendimento limites LRF
Rondônia	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Acre	2017	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Amazonas	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Roraima	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Pará	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Amapá	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Tocantins	2017	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Maranhão	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Piauí	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Ceará	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio Grande do Norte	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Paraíba	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Pernambuco	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Alagoas	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Sergipe	2017	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Bahia	2017	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Minas Gerais	2017	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Espírito Santo	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio de Janeiro	2017	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
São Paulo	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Paraná	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Santa Catarina	2017	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Rio Grande do Sul	2017	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Mato Grosso do Sul	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Mato Grosso	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Goiás	2017	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Distrito Federal	2017	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

APÊNDICE K - ATENDIMENTO LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ANO 2018

Unidade Federativa	Ano	Despesas com pessoal	Dívida Consolidada Líquida Anual	Garantias de Valores Anual	Operações de Crédito Anual	Atendimento limites LRF
Rondônia	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Acre	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Amazonas	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Roraima	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Pará	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Amapá	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Tocantins	2018	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Maranhão	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Piauí	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Ceará	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio Grande do Norte	2018	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Paraíba	2018	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Pernambuco	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Alagoas	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Sergipe	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Bahia	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Minas Gerais	2018	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Espírito Santo	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio de Janeiro	2018	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
São Paulo	2018	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Paraná	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Santa Catarina	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio Grande do Sul	2018	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Mato Grosso do Sul	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Mato Grosso	2018	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Goiás	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Distrito Federal	2018	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

APÊNDICE L - ATENDIMENTO LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ANO 2019

Unidade Federativa	Ano	Despesas com pessoal	Dívida Consolidada Líquida Anual	Garantias de Valores Anual	Operações de Crédito Anual	Atendimento limites LRF
Rondônia	2019	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Acre	2019	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Amazonas	2019	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Roraima	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Pará	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Amapá	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Tocantins	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Maranhão	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Piauí	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Ceará	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio Grande do Norte	2019	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Paraíba	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Pernambuco	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Alagoas	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Sergipe	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Bahia	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Minas Gerais	2019	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Espírito Santo	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio de Janeiro	2019	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
São Paulo	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Paraná	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Santa Catarina	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio Grande do Sul	2019	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Mato Grosso do Sul	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Mato Grosso	2019	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Goiás	2019	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Distrito Federal	2019	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

APÊNDICE M - ATENDIMENTO LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ANO 2020

Unidade Federativa	Ano	Despesas com pessoal	Dívida Consolidada Líquida Anual	Garantias de Valores Anual	Operações de Crédito Anual	Atendimento limites LRF
Rondônia	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Acre	2020	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Amazonas	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Roraima	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Pará	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Amapá	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Tocantins	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Maranhão	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Piauí	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Ceará	2020	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Rio Grande do Norte	2020	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Paraíba	2020	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Pernambuco	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Alagoas	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Sergipe	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Bahia	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Minas Gerais	2020	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Espírito Santo	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio de Janeiro	2020	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
São Paulo	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Paraná	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Santa Catarina	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Rio Grande do Sul	2020	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Mato Grosso do Sul	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Mato Grosso	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Goiás	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Distrito Federal	2020	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

APÊNDICE N - CÁLCULO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA - ANO 2017

Unidade Federativa	Nota accountability transparência	Nota equidade	Nota participação	Nota governança	Nível governança
Rondônia	0,1	0,44733	0,79	0,44578	MUITO BAIXO
Acre	0	0,54529	0,8186	0,45463	MUITO BAIXO
Amazonas	0,1	0,59128	0,8697	0,52033	BAIXO
Roraima	0,1	0,52593	0,8393	0,48841	MUITO BAIXO
Pará	0,1	0,50624	0,8275	0,47791	MUITO BAIXO
Amapá	0,1	0,58929	0,842	0,51043	BAIXO
Tocantins	0	0,49506	0,859	0,45135	MUITO BAIXO
Maranhão	0,1	0,52636	0,841	0,48912	MUITO BAIXO
Piauí	0,1	0,52943	0,8825	0,50398	BAIXO
Ceará	0,1	0,54680	0,854	0,50027	BAIXO
Rio Grande do Norte	0,1	0,52310	0,8644	0,49583	MUITO BAIXO
Paraíba	0,1	0,54767	0,8772	0,50829	BAIXO
Pernambuco	0,1	0,55133	0,865	0,50544	BAIXO
Alagoas	0,1	0,52530	0,8402	0,48850	MUITO BAIXO
Sergipe	0	0,55080	0,8639	0,47157	MUITO BAIXO
Bahia	0	0,59011	0,8107	0,46694	MUITO BAIXO
Minas Gerais	0	0,49347	0,8168	0,43676	MUITO BAIXO
Espírito Santo	0,1	0,50592	0,828	0,47797	MUITO BAIXO
Rio de Janeiro	0	0,51896	0,7846	0,43452	MUITO BAIXO
São Paulo	0,1	0,52563	0,7927	0,47278	MUITO BAIXO
Paraná	0,1	0,48072	0,8553	0,47867	MUITO BAIXO
Santa Catarina	0	0,41374	0,8698	0,42785	MUITO BAIXO
Rio Grande do Sul	0	0,48106	0,8452	0,44209	MUITO BAIXO
Mato Grosso do Sul	0,1	0,46447	0,8031	0,45586	MUITO BAIXO
Mato Grosso	0,1	0,46315	0,7938	0,45232	MUITO BAIXO
Goiás	0	0,47709	0,8425	0,43986	MUITO BAIXO
Distrito Federal	0,1	0,59320	0,8481	0,51377	BAIXO

APÊNDICE O - CÁLCULO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA - ANO 2018

Unidade Federativa	Nota accountability transparência	Nota equidade	Nota participação	Nota governança
Rondônia	0,1	0,49633	0,7769	0,45774
Acre	0,1	0,55752	0,8102	0,48924
Amazonas	0,1	0,54382	0,8065	0,48344
Roraima	0,1	0,56648	0,8607	0,50906
Pará	0,1	0,56198	0,8004	0,48746
Amapá	0,1	0,54693	0,8331	0,49334
Tocantins	0	0,52900	0,8003	0,44310
Maranhão	0,1	0,52751	0,7947	0,47407
Piauí	0,1	0,53011	0,8429	0,49100
Ceará	0,1	0,54708	0,8267	0,49126
Rio Grande do Norte	0	0,54010	0,8289	0,45633
Paraíba	0	0,54922	0,8497	0,46631
Pernambuco	0,1	0,53444	0,821	0,48515
Alagoas	0,1	0,55037	0,774	0,47479
Sergipe	0,1	0,57755	0,8118	0,49645
Bahia	0,1	0,54988	0,7927	0,48086
Minas Gerais	0	0,49217	0,7781	0,42342
Espírito Santo	0,1	0,50908	0,8074	0,47216
Rio de Janeiro	0	0,54316	0,7641	0,43575
São Paulo	0	0,53811	0,7848	0,44097
Paraná	0,1	0,49177	0,8304	0,47406
Santa Catarina	0,1	0,41737	0,8369	0,45142
Rio Grande do Sul	0	0,48655	0,8186	0,43505
Mato Grosso do Sul	0,1	0,48974	0,7879	0,45921
Mato Grosso	0	0,46462	0,7545	0,40637
Goiás	0,1	0,46977	0,798	0,45592
Distrito Federal	0,1	0,57037	0,8129	0,49442

APÊNDICE P - CÁLCULO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA - ANO 2019

Unidade Federativa	Nota accountability transparência	Nota equidade	Nota participação	Nota governança	Nível governança
Rondônia	0	0,47181	0,7495	0,40710	MUITO BAIXO
Acre	0	0,55871	0,7871	0,44860	MUITO BAIXO
Amazonas	0	0,56597	0,80825	0,45807	MUITO BAIXO
Roraima	0,1	0,57964	0,8243	0,50131	BAIXO
Pará	0,1	0,52821	0,7999	0,47604	MUITO BAIXO
Amapá	0,1	0,51275	0,79555	0,46943	MUITO BAIXO
Tocantins	0,1	0,52994	0,8143	0,48141	MUITO BAIXO
Maranhão	0,1	0,53123	0,80435	0,47853	MUITO BAIXO
Piauí	0,1	0,53729	0,84435	0,49388	MUITO BAIXO
Ceará	0,1	0,56210	0,8287	0,49693	MUITO BAIXO
Rio Grande do Norte	0	0,55423	0,8268	0,46034	MUITO BAIXO
Paraíba	0,1	0,56125	0,8459	0,50238	BAIXO
Pernambuco	0,1	0,57357	0,81785	0,49714	MUITO BAIXO
Alagoas	0,1	0,52672	0,779	0,46857	MUITO BAIXO
Sergipe	0,1	0,58109	0,813	0,49803	MUITO BAIXO
Bahia	0,1	0,55747	0,79355	0,48367	MUITO BAIXO
Minas Gerais	0	0,48706	0,77305	0,42004	MUITO BAIXO
Espírito Santo	0,1	0,51980	0,7836	0,46780	MUITO BAIXO
Rio de Janeiro	0	0,55197	0,74165	0,43121	MUITO BAIXO
São Paulo	0,1	0,52649	0,7559	0,46080	MUITO BAIXO
Paraná	0,1	0,47704	0,79905	0,45870	MUITO BAIXO
Santa Catarina	0,1	0,42138	0,8061	0,44249	MUITO BAIXO
Rio Grande do Sul	0	0,48188	0,79095	0,42428	MUITO BAIXO
Mato Grosso do Sul	0,1	0,48329	0,76835	0,45055	MUITO BAIXO
Mato Grosso	0	0,45438	0,75005	0,40148	MUITO BAIXO
Goiás	0	0,45952	0,7821	0,41387	MUITO BAIXO
Distrito Federal	0,1	0,55367	0,8186	0,49076	MUITO BAIXO

APÊNDICE Q - CÁLCULO ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA - ANO 2020

Unidade Federativa	Nota accountability transparência	Nota equidade	Nota participação	Nota governança	Nível governança
Rondônia	0,1	0,43874	0,7221	0,42028	MUITO BAIXO
Acre	0	0,51489	0,764	0,42630	MUITO BAIXO
Amazonas	0,1	0,53309	0,81	0,48103	MUITO BAIXO
Roraima	0,1	0,53961	0,7879	0,47584	MUITO BAIXO
Pará	0,1	0,48004	0,7994	0,45981	MUITO BAIXO
Amapá	0,1	0,49987	0,758	0,45262	MUITO BAIXO
Tocantins	0,1	0,48493	0,8283	0,47108	MUITO BAIXO
Maranhão	0,1	0,48164	0,814	0,46521	MUITO BAIXO
Piauí	0,1	0,47354	0,8458	0,47311	MUITO BAIXO
Ceará	0	0,54351	0,8307	0,45807	MUITO BAIXO
Rio Grande do Norte	0	0,51171	0,8247	0,44547	MUITO BAIXO
Paraíba	0	0,51235	0,8421	0,45148	MUITO BAIXO
Pernambuco	0,1	0,53620	0,8147	0,48363	MUITO BAIXO
Alagoas	0,1	0,51020	0,784	0,46473	MUITO BAIXO
Sergipe	0,1	0,52399	0,8142	0,47940	MUITO BAIXO
Bahia	0,1	0,53651	0,7944	0,47697	MUITO BAIXO
Minas Gerais	0	0,46046	0,768	0,40949	MUITO BAIXO
Espírito Santo	0,1	0,48363	0,7598	0,44781	MUITO BAIXO
Rio de Janeiro	0	0,54827	0,7192	0,42249	MUITO BAIXO
São Paulo	0,1	0,52220	0,727	0,44973	MUITO BAIXO
Paraná	0,1	0,46174	0,7677	0,44315	MUITO BAIXO
Santa Catarina	0,1	0,41173	0,7753	0,42901	MUITO BAIXO
Rio Grande do Sul	0	0,47602	0,7633	0,41311	MUITO BAIXO
Mato Grosso do Sul	0,1	0,46957	0,7488	0,43946	MUITO BAIXO
Mato Grosso	0,1	0,46176	0,7456	0,43579	MUITO BAIXO
Goiás	0,1	0,44501	0,7662	0,43707	MUITO BAIXO
Distrito Federal	0,1	0,54831	0,8186	0,48897	MUITO BAIXO

